



Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Centro de Tecnologia e Ciências
Instituto de Geografia
Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia

Tempos de Difusão da Igreja Católica na Formação de Territórios Religiosos na
Região Centro-Oeste

Lidiane Mota de Andrade

Rio de Janeiro
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LIDIANE MOTA DE ANDRADE

TEMPOS DE DIFUSÃO DA IGREJA CATÓLICA NA FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS
RELIGIOSOS NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Dissertação apresentada ao Instituto de Geografia da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do grau
de Mestre em Ciências.

Orientador: Profa. Dra. Zeny Rosendahl

Rio de Janeiro
2008

LIDIANE MOTA DE ANDRADE

TEMPOS DE DIFUSÃO DA IGREJA CATÓLICA NA FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS
RELIGIOSOS NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Dissertação apresentada ao Instituto de Geografia da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro para a
obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.).

Aprovada em: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Zeny Rosendahl – Orientadora
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Maria da Graça Mouga Poças Santos
Instituto Politécnico de Leiria/ Portugal

Prof. Dr. João Baptista Ferreira de Mello
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Aos que fazem a minha vida ter
sentido: família e amigos. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Ao fim de mais uma jornada geográfica cabem os agradecimentos a pessoas especiais que, direta ou indiretamente, fizeram parte da elaboração deste trabalho.

À minha família pelo suporte e apoio nas horas importantes. Ao cuidado e ao carinho em todos os momentos da minha vida. Dona Sonia, seu Antonio, tia Lucia, Luciana, Isabela e Bruna, meu muito obrigada.

Ao Leonardo, pelo futuro que vem sendo construído. Aos “puxões de orelha” para a manutenção das minhas metas, ou seja, terminar a dissertação. A presença nas horas mais felizes e o apoio nas horas não tão felizes assim.

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^a Zeny Rosendahl, pelas sucessivas orientações. A monografia de graduação e a presente dissertação são resultados da parceria construída nesses anos. A paciência e a generosidade de partilhar o conhecimento neste campo tão profícuo que é a geografia da religião.

Às amigas de sempre, as minhas irmãs! Bianca e Carol, vocês são muito importantes para mim.

Aos professores que gentilmente aceitaram o convite para participar do exame de qualificação e, agora, compõem a banca examinadora desta dissertação:

Ao Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa, pelo vasto conhecimento e pelos apontamentos tecidos.

Ao Prof. Dr. Miguel Angelo Ribeiro, a leitura cuidadosa do exame de qualificação, a bibliografia indicada e as palavras de apoio.

Ao Prof. Dr. João Baptista Ferreira de Mello, por ser a Lua do Nepec. A geografia humanística sempre tem muito a nos oferecer e você é um importante ícone.

Ao Departamento de Geografia e a Secretaria do Mestrado, pelas informações e considerações úteis ao desenvolvimento da pesquisa.

A CAPES, importante instituição na construção da presente dissertação. Aos periódicos disponibilizados, importante fonte bibliográfica.

À amiga Carla Magalhães, obrigada pela presença de sempre e pela revisão da presente dissertação.

Enfim, a todos os que passaram, mesmo que rapidamente, e aos que ainda continuam na minha vida, tenho a agradecê-los por, de certa forma, auxiliar-me na minha construção.

Obrigada.

Algo só é impossível até que alguém
duvide e acabe provando o contrário.
Albert Einstein

RESUMO

Em *Human Territoriality. Its theory and History* (1986), Sack reconhece a Igreja Católica como uma importante instituição religiosa, cultural, política e econômica, com atuação mundial. Deste modo, a análise de suas intervenções sobre o espaço geográfico torna-se premente no estudo desenvolvido, destaca-se, em especial, a atuação católica na constituição de seus territórios religiosos na região Centro-Oeste brasileira.

A partir do momento que analisamos a Instituição Católica como um agente modelador do espaço, permeado por estratégias e práticas, e influenciado por lógicas locacionais próprias, abrem-se caminhos para o desenvolvimento dos conceitos de território religioso e territorialidade religiosa, entendidos como conseqüências da atuação racional do sagrado. A discussão por ora proposta tangencia à formação de seus territórios religiosos, entendidos como as unidades administrativas regionais, as dioceses, que constituem um importante meio de aplicação das discussões teórico-metodológicas desenvolvidas. O trabalho que segue visa analisar os conceitos supracitados promovendo uma interface com a atuação da Instituição na constituição de seus territórios resultantes de seu grau de intencionalidade, variando, assim, na escala espaço-tempo.

Deste modo, cabe pensar que a Instituição Católica estabelece uma gestão de seus territórios constituindo um poderoso meio de organização de seu espaço, viabilizando a sua criação e seu controle.

A proposta do trabalho que segue é apresentar, influenciada pelas análises teórico-conceituais, o processo de difusão dos territórios religiosos que permeiam a criação das dioceses brasileiras, em especial no objeto de estudo destacado contribuindo para imposição de um padrão territorial-religioso visando à hegemonia, à manutenção e à expansão de seus territórios.

Palavras-Chave: Território Religioso, Territorialidade Religiosa, Difusão de Dioceses, Região Centro-Oeste.

ABSTRACT

In Human Territoriality. Its theory and History (1986), Sack recognizes the Catholic Church as an important religious, cultural institution, economic politics and, with world-wide performance. In this way, the analysis of the interventions of the same one on the geographic space becomes pressing in the developed study is distinguished, in special, the catholic performance in the constitution of its religious territories in the Brazilian region Center-West.

From the moment that we analyze the Catholic Institution as an agent modeler of the space, influenced by practical strategies and proper location logics, ways for the development of the concepts of religious territory and religious territoriality, understood as consequences of the rational performance of the sacred one. The work that follows aims at to analyze the above-mentioned concepts promoting an interface with the performance of the Institution in the constitution of its resultant territories, varying, thus, in the scale space-time.

In this way, it fits to think that the Catholic Institution half establishes a management of its territories constituting powerful of organization of its space, making possible creation and the control of the same.

The proposal of the work that follows is to present, influenced for the theoretician-conceptual analyses, the process of diffusion of the religious territories, the creation of the Brazilian dioceses, in special in the object of detached study contributing for imposition of a territorial-religious standard aiming at the hegemony, the maintenance and the expansion of its territories.

Word-Key: Religious territory, Religious Territoriality, Diffusion of Dioceses, Region Center-West.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Mapas

Mapa 1: Regionais da CNBB.....	14
Mapa 2: Distribuição das Arquidioceses e das Dioceses na Região Centro-Oeste.....	16
Mapa 3: Distribuição das Arquidioceses e Dioceses na Região Centro-Oeste Segundo o Ano de Criação.....	62
Mapa 4: Origem - Centro de Difusão Inicial.....	71
Mapa 5: Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.....	76
Mapa 6: Primeiro Tempo de Difusão - T1.....	79
Mapa 7: Estrada de Ferro Goiás.....	83
Mapa 8: Segundo Tempo de Difusão – T2	85
Mapa 9: Terceiro Tempo de Difusão – T3	101
Mapa 10: A Malha Rodoviária como Meio de Articulação Espacial.....	108
Mapa 11: Quarto Tempo de Difusão – T4	111

Lista de Quadro

Quadro 1: Dioceses: Histórico e Origem.....	54
--	----

SUMÁRIO

Considerações Iniciais	12
Capítulo 1: Territórios e Territorialidades: Atuações da Igreja Católica sobre o Espaço.....	22
1.1 – A Interface entre Duas Ciências Humanas: a Geografia da Religião e a Sociologia da Religião.....	23
1.2 – A Atuação Racional Católica sobre o Espaço a Partir do Viés da Geografia.....	30
Capítulo 2: A Igreja Católica na Formação de seus Territórios Religiosos na Região Centro-Oeste.....	41
2.1 – Difusão Espacial de Inovações: Breves Considerações.....	42
2.2 – O Estabelecimento dos Tempos de Difusão.....	53
Capítulo 3: A Gênese dos Territórios Religiosos na Região Centro-Oeste: A Formação do Primeiro e do Segundo Tempo de Difusão.....	63
3.1 – O Primeiro Tempo de Difusão: A importância da Navegação Fluvial e da Pecuária.....	72
3.2 – O Segundo Tempo de Difusão: Os Surtos da Mineração e o Desenvolvimento da Pecuária.....	80
Capítulo 4: A Integração da Região Centro-Oeste ao Território Nacional: A Formação do Terceiro e do Quarto Tempo de Difusão.....	86
4.1 – Terceiro Tempo de Difusão: As Bases para a Integração do Centro-Oeste.....	88
4.2 – Quarto Tempo de Difusão: A Expansão da Fronteira de Valorização Agrícola.....	102
Considerações Finais	112
Referências	117

Considerações Iniciais

O presente estudo faz parte de um projeto maior desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura – NEPEC – intitulado “A Territorialidade da Igreja Católica no Brasil e sua Dinâmica”. Tal projeto, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Zeny Rosendahl, tem importante contribuição aos estudos da geografia da religião à medida que se preocupa em descortinar a atuação da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, traçando os diversos momentos, as lógicas e as estratégias que permearam a criação de seus territórios religiosos.

A pesquisa que segue, representa uma continuação aos estudos desenvolvidos anteriormente, na elaboração da monografia de final de curso, defendida no ano de 2005, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – sob o título “Dioceses como Territórios de Ocupação da Igreja Católica no Estado do Rio Grande do Sul”. O presente estudo procura, assim como a monografia de final de curso, descortinar a atuação da Igreja Católica na formação de seus territórios religiosos. Ressalta-se que o estudo anterior tinha como escala de análise a divisão por unidade da federação e o presente estudo busca analisar o recorte espacial pautado na divisão regional Brasileira. Sendo assim, buscará analisar a atuação da Instituição Católica na formação de seus territórios religiosos no Centro-Oeste brasileiro.

Como recorte temporal sublinha-se o ano de 1745, data da criação dos dois centros de difusão iniciais, Cuiabá e Goiás, e o ano de 2005, data da edição do Anuário Católico do Brasil, publicado pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais – CERIS – importante fonte de dados ao desenvolvimento da pesquisa. O estabelecimento deste recorte temporal recai na necessidade de analisar os processos de difusão espaciais concedendo atenção especial aos diversos períodos que dele fazem parte, a escolha da edição mais recente deve-se ao dinamismo

da Igreja Católica que constantemente cria novos territórios. Sendo assim, ao analisar a formação dos territórios religiosos torna-se necessário utilizar uma fonte bibliográfica que apresente os momentos de criação das dioceses, para então tecer as análises e considerações sobre os mesmos, promovendo uma interface entre o tempo histórico – período necessário a sua formação – e o espaço - ocorrência espacial do processo.

Torna-se interessante ressaltar que a Igreja Católica é possuidora de uma organização própria marcada principalmente pela hierarquização e burocratização de sua estrutura. Assim, a Instituição apresenta diversas escalas de gestão religiosa, que podem ser representadas em âmbito mundial (Vaticano), nacional (CNBB), regional (dioceses) e local (paróquias).

O presente estudo, dado seu caráter regional, terá como base as dioceses presentes na região Centro-Oeste. Outro ponto a ser destacado, e que deve ter atenção especial, tange à regionalização proposta pela Congregação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que pressupõe a existência de 17 regionais em todo território brasileiro, tal regionalização segue os critérios propostos pela instituição, no intuito de melhor administrar seus territórios religiosos. O mapa que segue apresenta a regionalização proposta pela Igreja Católica em relação aos seus níveis administrativos em âmbito nacional.

Mapa 1: Regionais da CNBB



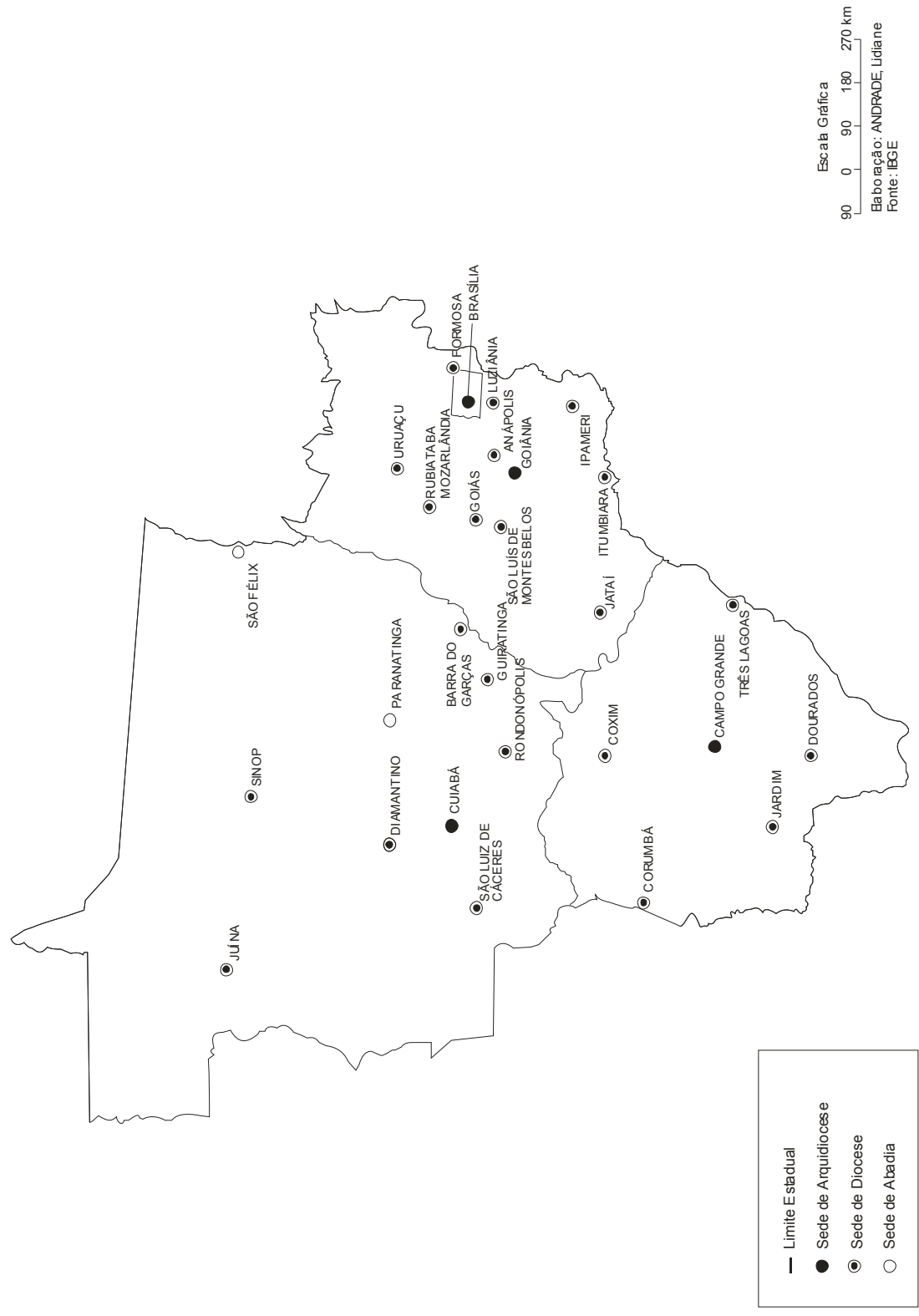
Organização: CERIS, 2005

Ao analisar o mapa 1 – Regionais do CNBB – um questionamento sobressai-se: diante da regionalização própria da Congregação Nacional dos Bispos do Brasil, como adequá-la ao recorte espacial – a região Centro-Oeste – proposto pela presente pesquisa?

Ao analisar a regionalização estabelecida pela CNBB percebe-se que a mesma apresenta para a região Centro-Oeste três regionais que compreendem a Regional Oeste 1 (Mato Grosso do Sul), a Regional Oeste 2 (parte do estado do Mato Grosso) e a Regional Centro-Oeste (Goiás, Tocantins, parte do Mato Grosso e Distrito Federal). Para melhor adequá-la à divisão proposta pelo IBGE, recorte espacial utilizado pelo presente estudo, suplantou-se o estado do Tocantins nas análises tecidas. A exclusão de tal estado justifica-se à medida que foi anteriormente estudado na dissertação defendida pelo Prof.º Marcio Ferreira Nery Corrêa, intitulada: “A Lógica da Territorialidade Católica na Amazônia”. Cabe ressaltar que este estudo traçou a territorialidade da Igreja Católica na região Norte do Brasil, abrigando, portanto o estado do Tocantins. É interessante destacar que a presença do estado na regional Centro-Oeste proposta pela CNBB deve-se, principalmente, ao processo de formação de seus territórios religiosos quando o atual estado do Tocantins ainda pertencia ao estado de Goiás, emancipação ocorrida somente na década de 80.

O recorte espacial da pesquisa primará pela região Centro-Oeste proposta pelo IBGE. A seguir, a título de elucidação, será apresentada no mapa 2 a área de estudo da pesquisa.

Mapa 2: Distribuição das Arquidioceses e das Dioceses na Região Centro-Oeste



O desenvolver das primeiras apreciações acerca do objeto de estudo selecionado, análises teóricas e empíricas, nos leva às considerações sobre o papel da Igreja Católica e sua dinâmica no espaço enquanto formadora de territórios. Tais reflexões suscitaram questionamentos que serão norteadores da pesquisa e que buscarão respostas em seus capítulos.

Como questão central, pontua-se:

- Quais as lógicas territoriais adotadas pela Igreja Católica na constituição de suas dioceses no recorte espacial proposto, a região Centro-Oeste?

A questão central acena para duas subquestões interdependentes, a saber:

- Quais os fatores que contribuíram e, de certa maneira, influenciaram a atuação da Igreja Católica, na criação de seus territórios, na região Centro-Oeste?
- De que maneira a Igreja Católica, em seu processo de difusão, atuou de maneira seletiva na formação da rede de dioceses e, portanto, na escolha das cidades que seriam sede da gestão territorial?

A questão central tem um caráter mais geral, ou seja, destaca a atuação desigual da Igreja católica sobre o Centro-Oeste brasileiro, buscando aproximar as atuações da Instituição pautadas na criação e na gestão de seus territórios, na difusão espacial e nos fatores influenciados pela ocupação/ povoamento, urbanização, desenvolvimento econômico e criação de infra-estrutura. Assim, estes podem ser citados como alguns dos possíveis atores das lógicas territoriais adotadas pela Instituição.

As subquestões, como mencionadas anteriormente, são interdependentes, pois se relacionam com os fatores históricos e geográficos que influenciaram e influenciam na seletividade da escolha da sede das dioceses, que estão geralmente contíguas a um município de destaque no recorte espacial.

Quanto ao referencial teórico utilizado pela pesquisa, cabe remarcar que as análises das práticas religiosas, tanto nas ciências sociais quanto na geografia, sublinham que estas são, em seu cerne, simultaneamente simbólicas, quando se relacionam com a experiência e vivência do homem, e políticas, na medida em que deixam transparecer a organização político-administrativa da religião.

A geografia, portanto, vem dedicando atenção especial a tais estudos, pois destaca a atuação de uma prática religiosa que é vivenciada no território, sendo desta forma necessária e oportuna a análise do fenômeno religioso e suas interpretações do homem com o território. Assim, tornam-se extremamente positivas as contribuições da sociologia da religião à proporção que enriquecem as análises desenvolvidas pelo presente estudo. Deve-se destacar que a Instituição Católica tem uma atuação racional sobre o espaço, organizando-o a fim de que esteja de acordo com as lógicas organizacionais empreendidas.

Metodologicamente, a pesquisa vem sendo elaborada a partir de leituras teórico-conceituais, a exemplo de Sack (1986), Corrêa (2001, 2003), Bonnemaïson (2002), Rosendahl (2002, 2003, 2005), Ribeiro (2002), Dias (2003), entre outros. Em relação à construção do entendimento do estudo empírico, ou seja, o recorte espacial proposto, as leituras de Faissol (1952), Waibel (1958), Gomes (1966), IBGE (1977), Chaul (1988), Sganzerla (1992), Póvoa Neto (1998), Gardin (1999), Anuário Católico do Brasil (2005), entre outros. Estas leituras foram fundamentais para a consolidação e para a definição do objeto de estudo selecionado.

O presente trabalho será estruturado da seguinte forma:

O primeiro capítulo – Território e Territorialidades: Atuações da Igreja católica sobre o Espaço – dedicará atenção especial às bases teórico-conceituais da pesquisa. Este capítulo será dividido em outros dois itens, a saber: O item 1.1 – A Interface entre as Duas Ciências Humanas: a Geografia da Religião e a Sociologia da Religião – apresentará a aproximação entre a geografia da religião e a sociologia da religião, apontando que estas duas disciplinas das ciências humanas concedem atenção especial ao fenômeno religioso. O tópico 1.2 – A Atuação Racional Católica sobre o Espaço a partir do Viés da Geografia – versará sobre dois conceitos-chave da geografia: território e territorialidade, considerando que a Igreja Católica atua de forma a construir seus territórios, influenciada pela intencionalidade de suas ações. Diante da aproximação do viés da geografia da religião, será concedida atenção especial aos estudos de território religioso e territorialidade religiosa. Este capítulo terá como objetivo central formar o arcabouço teórico que auxiliará nas análises empíricas que serão tecidas nos capítulos posteriores.

O Segundo Capítulo – A Igreja Católica na Formação de seus Territórios Religiosos na Região Centro-Oeste – primeiramente dedicará atenção especial à noção conceitual de difusão espacial das inovações ao desenvolver o item 2.1 – A Difusão Espacial de inovações: Breves Considerações – posteriormente no item 2.2 – O Estabelecimento dos Tempos de Difusão – será possível traçar os processos de fragmentação e desmembramentos, sendo possível apontar os tempos de difusão da atuação Católica sobre a região Centro-Oeste.

O Terceiro Capítulo – A Gênese dos Territórios Religiosos na Região Centro-Oeste: a Formação do Primeiro e do Segundo Tempo de Difusão – analisará os dois primeiros tempos de difusão relacionando-os aos processos de povoamento e ocupação que estavam intensamente atrelados ao desenvolvimento econômico do período. O sub-item 3.1 – O Primeiro Tempo de Difusão: A importância da Navegação Fluvial e da Pecuária – e o sub-item 3.2 – O Segundo Tempo de Difusão: Os Surtos da Mineração e o Desenvolvimento da Pecuária – serão

responsáveis pela análise de um extenso período que recobre o ano de 1745, ano da criação dos dois primeiros territórios religiosos, as prelazias de Cuiabá e Goiás até a década de 1920, responsável pela criação dos dois últimos territórios religiosos do período, as prelazias de Diamantino e Jataí.

O quarto capítulo – A Integração da Região Centro-Oeste ao Território Nacional: a Formação do Terceiro e do Quarto Tempo de Difusão – apresentará o processo de integração da região Centro-Oeste a área *core* do Brasil, o Centro-Sul. Será evidente que o processo de integração capitaneado pelo Estado, seja a partir da construção de cidades planejadas ou de programas de integração via estabelecimento de eixos ferroviários e rodoviários, facilitará a expansão da fronteira do capital e, assim, torná-la periferia imediata da região mais dinâmica do Brasil. Torna-se marcante que esta atuação ocorreu em primeiro momento objetivando o estabelecimento de infra-estrutura para a expansão e integração econômica e, posteriormente, houve a efetiva expansão desta fronteira do capital. Serão trabalhados dois importantes itens, a saber: o item 4.1, dedicando atenção especial ao terceiro tempo de difusão – Terceiro Tempo de Difusão: as Bases para a Integração do Centro-Oeste – e o item 4.2 – Quarto Tempo de Difusão: a Expansão da Fronteira de Valorização Agrícola – que destaca o papel da expansão da fronteira agropecuária sobre a área, contribuindo para seu crescimento.

Por ora cabe um adendo aos capítulos e aos tempos de difusão que serão traçados. O presente estudo organiza-se de modo a pensar as questões de ocupação e de desenvolvimento da região relacionando-as às atuações da Igreja Católica. Tal fato justifica-se pela atuação seletiva, intencional e racional da Instituição Católica que cria seus territórios religiosos, as dioceses, em sua maioria, influenciados por estes processos que, de certa forma, realçam a região tornando-a estratégica ao pleno desenvolvimento administrativo da Instituição.

Espera-se que o trabalho desenvolvido contribua para o desenvolvimento dos estudos de geografia da religião ao destacar a atuação da Igreja Católica sobre a região Centro-Oeste. Neste longo período de análise proposto, espera-se que a aproximação dos processos de formação político-administrativa do Centro-Oeste, aliada aos processos de formação da rede de dioceses da região, possa auxiliar no entendimento da Igreja Católica que ultrapassa os limites de constituir-se somente como uma prática religiosa.

O Brado de admiração erguido pelos primeiros sertanistas, ao contemplarem pela primeira vez, entre entusiasmados e surpresos, a espessa, alterosa e exuberante mataria que se lhes deparou aos olhos ao saírem das vertentes do Paraguai para as do Amazonas. Esse brado de admiração emitido em face daquela portentosa floresta teria sido: Mato Grosso.
Raul Silveira de Mello

*Goiânia é uma cidade interessante:
O povo descansa na Praça do trabalhador
e trabalha na Rua do Lazer,
as brigas são mais freqüentes na Vila da União,
o lugar mais anônimo da cidade é a Fama
e agora estão vendendo carros na Praça do Avião*
Phaulo Gonçalves

Capítulo 1:

Territórios e Territorialidades:

Atuações da Igreja Católica sobre o Espaço

A Igreja Católica entendida como uma instituição de caráter religioso, cultural, político e econômico, torna-se base do presente estudo. Cabe destacar que a instituição é também reconhecida por sua alta hierarquização e burocratização e por possuir em sua organização territórios delimitados a partir de práticas – estratégias – que são desenvolvidas para sua expansão e manutenção. A preponderância do tema justifica-se à luz da geografia cultural, da geografia da religião e das ciências sociais, uma vez que vêm concedendo atenção especial a tais estudos, que destacam a atuação de uma prática religiosa vivenciada no espaço, sendo desta forma necessária e oportuna a interpretação do fenômeno religioso e suas interações com o homem e com o território.

1.1 A Interface entre Duas Ciências Humanas: a Geografia da Religião e a Sociologia da Religião

A discussão que por ora será desenvolvida tem como objetivo ressaltar a pertinência do estudo da religião que tem grande valia para as ciências humanas. A proposta que segue ilumina o papel deste estudo nas ciências sociais e na geografia.

Deste modo, cabe ressaltar a importante contribuição da sociologia da religião ao seu estudo, em especial no que tange aos processos de secularização e à racionalização das práticas religiosas. A geografia e a sociologia, ambas, diante destes estudos, tendem a completar-se uma vez que o estudo do fenômeno religioso na sociedade é complexo e abrange à terceira linha de estudos proposta por Rosendahl (2003), que tem por objetivo analisar os territórios religiosos e sua inter-relação entre sociedade e suas práticas religiosas. Desta forma, a implantação dos territórios religiosos direciona ao reconhecimento da lógica territorial adotada pela Igreja

Católica na constituição de suas dioceses que, em suma, reflete a racionalização das práticas religiosas.

O pensamento de clássicos como Durkheim (1968), Lagenest (1976) e Eliade (1999) estão presentes nesta lógica. O último autor citado propõe que uma religião “se manifesta por atitudes exteriores que revelam atitudes interiores e por ações e gestos cujo sentido profundo os transcende. Essas atitudes, gestos e ações constituem o conjunto daquilo que se pode chamar fenômenos religiosos” (1976, p.16). O estudo desenvolvido tem como objetivo relacionar as estratégias e práticas religiosas a partir do território e da territorialidade, recorte espacial que concede matriz e marca ao pleno desenvolvimento da fé e, por conseguinte, do desenvolvimento institucional da Igreja.

A literatura aponta Lagenest (1976, p.16),

Todo fenômeno religioso exprime, portanto, de uma ou de outra forma, uma experiência religiosa, a um só tempo individual e coletiva. A sociologia do fenômeno religioso tem, pois, dupla dimensão: individual, na medida em que determinada pessoa participa da vida e do conjunto de atitudes de um grupo religioso e, assim, expressa suas crenças; e social, na medida em que a vida religiosa de determinado grupo participa da integração ou desintegração da sociedade global.

Tanto a geografia da religião quanto o estudo da sociologia da religião objetivam embasar o entendimento das práticas racionalizadas da fé ao criar seus territórios obedecendo a critérios estratégicos quer no período inicial quer em diferentes tempos de maior ou menor secularização. A geografia abraça a sociologia, pois ambas analisam o papel desempenhado pelas instituições e suas relações sociais.

Como secularização entende-se, em linhas gerais, o enfraquecimento da religião e das instituições religiosas em função da modernização contemporânea. Tschannen (1994) em *Sociological Controversies in Perspective* enfatiza que a moderna visão do processo de

secularização não está apoiada na idéia de que a religião tende ao desaparecimento, ao contrário, aponta que a ela baseia-se na idéia de que a posição da religião dentro da sociedade vem sendo radical e permanentemente alterada, porém não necessariamente enfraquecida.

Deste modo, visando compreender o paradigma da secularização, Tschannen (1991, 1994) propõe a sistematização do estudo a partir de três elementos-chave: diferenciação, racionalização e mundanização. O referido autor afirma que no decorrer da história, a religião tornou-se progressivamente diferente uma vez que está disposta dentro de uma nova estrutura social conjugada a outras instituições autônomas à religião, a exemplo, educação, economia, política, etc.

Em relação ao processo de diferenciação, Tschannen (1994) propõe que a religião tende a tornar-se um segmento especializado ocorrendo tanto em nível institucional quanto em um nível cultural. Tal processo justifica-se em um primeiro momento pela perda do controle social exercido pela instituição religiosa sobre as diversas esferas da vida, assim as instituições, principalmente educacionais e econômicas, tornaram-se autônomas, e como resultado a religião passa a se organizar no âmbito da sociedade modificando suas estratégias principalmente em relação ao seu papel e à sua função. Posteriormente, a religião torna-se pluralizada, contribuindo para que as várias denominações religiosas possam competir pela preferência dos indivíduos, à medida que os mesmos podem escolher livremente entre elas. Como decorrência a religião torna-se privatizada, ou seja, cada indivíduo constrói uma forma particular de crença, melhor adequada a sua forma de vida. Inúmeros pontos interessantes da conduta humana notadamente nas últimas décadas qualificam os grupos sociais em diferentes tipos de religião. A pluralidade permite conviver com a pseudo-religião e/ou religião civil neste mundo globalizado.

A ciência social concede atenção especial aos que utilizam a análise da racionalização. Os autores deste paradigma apresentam a atuação da racionalidade na vida social, especialmente nas

áreas da ciência, da economia e das instituições burocráticas, tornando-as independentes das preocupações e do controle estabelecido pela religião. Deste modo, estas instituições tendem a seguir critérios racionais de acordo com suas funções sociais específicas.

No processo de mundanização, os autores recorrem ao argumento de que as instituições se vêem cada vez mais compelidas a atuarem racionalmente a partir de suas preocupações com as questões organizacionais internas, como resultado das preocupações com as questões sociais que se apresentam. A reflexão nos mostra o grande diferencial sociológico ao apresentar a relação do indivíduo e de sua religião permeada pela estrutura social vigente. Para os geógrafos, a atuação entre o indivíduo e sua religião deve ser analisada pela organização espacial que a religião impõe no lugar, no espaço, no território, na paisagem e na região (ROSENDAHL, 2003).

No intuito de apresentar o papel da Igreja Católica na formação de seus territórios deve-se analisar que a Instituição tende a atuar de forma racionalizada. Deste modo, torna-se necessário resgatar a tese da secularização proposta por Weber (1983) uma vez que no ocidente, principalmente no decorrer do século XX, ocorreu uma progressiva redução no papel da regulação da ordem social efetivado pela religião, observando-se claramente uma organização cada vez mais secularizada, ou seja, cada vez menos influenciada pelos pressupostos religiosos e cuja principal característica é a atuação racional sobre o espaço.

Idéias Weberianas de análise vêm sendo divulgadas. Os estudos de Tschannen (1994), Frigerio (1998) e Pierucci (1998) deixam claro que o avanço histórico do racionalismo ocidental está diretamente vinculado ao avanço da ciência e da objetividade do pensamento. A aproximação entre a racionalização religiosa e a racionalização legal, são resultantes respectivamente do desencantamento do mundo e do desencantamento jurídico presentes no processo histórico do estado moderno, laico, com o domínio da lei. O desencantamento do mundo, resultado da racionalização religiosa pela qual passou a religiosidade ocidental,

principalmente a judaico-cristã vem sendo responsável pela formação religiosa atual que é *desencantada* e orientada pela ética social. Tal pensamento qualifica a racionalidade ocidental moderna resultado de um processo de crescente intelectualização baseada em regras, critérios de pretensão universal e coerência interna. Para Mariz (2003, p. 73),

Não se considera mais uma autoridade como legítima apenas pela tradição, ou exclusivamente por qualidades extraordinárias (um carisma) do seu líder. O consenso e legitimação exigem discursos racionalmente elaborados. A legitimação tradicional e a carismática da autoridade tendem a perder espaço para aquela do tipo racional, na medida em que as motivações dos indivíduos para suas ações passam também a ser racionalmente construídas e explicitadas.

Durkheim (1968) e Weber (1983) esclarecem que por desencantamento entende-se a subtração da magia como meio de salvação, ou seja, o repúdio aos meios mágicos da superstição, deste modo, a magia passa à religião e, desta forma, esta mudança torna o campo religioso mais racionalizado. Tal proposição torna-se enfática diante do papel estabelecido pelo mago e o sacerdote descrito por Mariz (2003, p. 80-81) em que o “mago seria aquele que obriga os seres do mundo sobrenatural a realizar o que solicita” e o sacerdote com relação ao sagrado, “jamais poderiam forçar o deus ou deuses a agir, mas tinham atitude de submissão, de reverência ao sobrenatural, implorando por clemência”. Mariz (2003) propõe que

Enquanto os magos trabalhavam de forma autônoma e isolada, os sacerdotes pertenceriam a uma empresa ou instituição. O sacerdote é um cargo, seu carisma não lhe pertence, mas a sua instituição. Como agentes especializados dessa instituição, os sacerdotes se opõem a quem pretenda de forma autônoma e independente da instituição ter carisma (os magos). (...) A oposição entre magia e religião seria fruto da luta de especialistas do sagrado ligados a uma instituição contra os especialistas autônomos.

Como processo de secularização pode-se entender o afastamento da modernidade em relação à religião. Desta forma, há o declínio da religião como potência, a partir da redução do status religioso, o *disestablishment* a partir da separação do fazer da religião em função à atuação

do Estado, ou seja, sua emancipação em relação à primeira, a depressão de seu valor cultural, relacionado com a autonomização das instituições, e a perda de sua função de integração social.

As ciências humanas destacam que o processo de secularização descrito em Weber (1983) vai além de sistematizações. Neste ínterim, apresenta a elaboração de Tschannen (1991), considerando para tanto que o processo de racionalização engloba o desencantamento do mundo e que, por sua vez, absorve o processo de secularização. Assim, o autor afirma que “o processo de racionalização é mais amplo e mais abrangente que o desencantamento do mundo e, neste sentido, o abarca; o desencantamento do mundo, por sua vez, tem duração histórica mais longa, mais extensa que a secularização e, neste sentido, a compreende” (PIERUCCI, 1998, p.15). Tais processos são marcos fundamentais do ideal de modernização pautado na racionalização crescente do pensamento e do âmbito político.

Ressalta-se, deste modo, a separação das esferas normativas religiosas e jurídicas, há a preponderância das leis formuladas pela autoridade secular influenciada pela modernidade capitalista. Torna-se importante enfatizar que a igreja cristã e as leis sagradas mostram-se cada vez mais nitidamente diferenciadas e separadas da jurisdição secular. Logo o processo de secularização tanto pode ser entendido como a desapropriação dos bens eclesiais como também a emancipação do poder político em relação à tutela e ao controle da Igreja. (TSCHANNEN, 1994 e PIERUCCI, 1998).

Pode-se, portanto, compreender a racionalização religiosa como a eliminação da magia como meio de salvação, a idéia do “desencantamento do mundo”, a sistematização teológico-racional da doutrina revelada, própria às instituições religiosas modernas, e à sublimação ética a partir da valorização da moral que permeia a lógica da sociedade capitalista ocidental e o pensamento cada vez mais secularizado. Sendo assim, tal processo de racionalização tem desdobramento na atuação das instituições religiosas seja em suas práticas de culto, seja em seus

níveis administrativos e institucionais que corroboram na adoção de estratégias para a manutenção de sua influência.

A discussão das idéias sociológicas e geográficas vem permitir um avanço da noção de secularização e racionalização das práticas religiosas e suas manifestações no espaço. O motivo maior desta abordagem foi desvendar nos diferentes tempos de análise o comportamento religioso da Igreja Católica no Brasil, particularmente a região centro-Oeste.

A gênese da atuação católica sobre a região Centro-Oeste é pretérita ao momento de discussão da secularização e racionalização das práticas religiosas.

Como relacioná-las, uma vez que estamos em análises temporais distintas?

De que forma pode-se entender a atuação da instituição católica sobre o território da região Centro-Oeste a partir do viés da racionalidade?

A discussão desenvolvida teve como objetivo sublinhar que as instituições religiosas, no intuito de manter sua influência, assumem um comportamento territorial organizado e planejado. Cabe destacar que a Igreja Católica em sua função política e administrativa atuava e ainda atua sobre o espaço de forma racional pautada por critérios estratégicos visando a uma melhor administração e ao controle sobre os níveis hierárquicos da instituição.

O segundo questionamento ressalta o papel da Igreja Católica sobre a região Centro-Oeste. Este questionamento buscará ser respondido no capítulo posterior, a partir da criação dos territórios religiosos na área de estudo, destacando os processos de formação presentes em seus tempos de difusão.

O item subsequente irá refletir sobre o papel da Igreja Católica na formação de seus territórios religiosos e, simultaneamente, sua atuação racional ao desenvolver suas estratégias e práticas.

1.2 – A Atuação Racional Católica sobre o Espaço a Partir do Viés da Geografia

O estudo em tela buscará analisar a expansão e a apropriação espacial de uma religião, a católica, objetivando apreender as interações existentes entre a sociedade e suas práticas religiosas que como consequência auxiliam sua organização e disposição espacial. Cabe estabelecer uma interface entre a sua temporalidade, representada pelo período de atuação da Instituição, e a sua espacialidade, viés tangível que concomitantemente representa uma marca e uma matriz ao desenvolvimento da Instituição.

A partir do estudo dos cinco conceitos-chave da geografia: paisagem, região, espaço, lugar e território, torna-se possível analisar as questões que envolvem a ação humana sobre a superfície terrestre. Assim, apresenta-se como extremamente cara ao nosso estudo a análise de dois conceitos centrais: *espaço* e *território*. Ponderações sobre estes dois conceitos serão fundamentais para o avanço do estudo acerca da atuação da Igreja Católica que opera como um agente modelador no espaço.

Considera-se o espaço geográfico um megaconceito, uma categoria geral de análise, que abarca as múltiplas dimensões do espaço, englobando o viés social, político, econômico e simbólico. Por território entende-se um espaço social, resultado do trabalho de uma sociedade que o cria e qualifica, edificado com base na apropriação e na transformação dos meios criados pela natureza sendo, portanto, socialmente produzido (MORAES, 2000 e CORRÊA, 2001).

O referente capítulo apresenta, em especial, as colocações de dois autores distintos: Sack (1986) e Bonnemaïson (2002). Estes propõem discussões acerca dos conceitos de território e territorialidade. Em sua gênese os pesquisadores possuem perspectivas diferentes. O primeiro autor condiciona-se a estudá-lo a partir de uma ótica idealista, pautada principalmente pela lógica

simbólica em que destaca que a “cultura caminha par a par com a idéia de etnia, toda cultura se encarna, para além de um discurso, em uma forma de territorialidade. Não existe etnia ou grupo cultural que, de uma maneira ou de outra, não tenha se investido física e culturalmente num território” (BONNEMAISON, 2002). Assim, o território reforça sua dimensão enquanto representação, valor simbólico, construtor de identidade e, concomitantemente, construído por ela. O segundo autor, Sack (1986) traz a preocupação central na perspectiva relacional no que tange às relações sociais e históricas que, por si só, destacam o viés político do conceito, uma vez que o considera como uma base de poder. Tais perspectivas podem apresentar alguns pontos de vista diferentes, porém há de se ressaltar que tanto em Sack quanto em Bonnemaïson considera-se a dimensão política, econômica e cultural, cada qual com sua nuance particular.

Desta forma, o estudo em tela reflete uma prática cultural, pois retrata a atuação da Instituição Católica e, portanto a adoção de uma religião, prática ligada ao simbolismo e aos significados e, também, uma prática política, uma vez que destaca o viés administrativo Igreja Católica na formação de seus territórios religiosos e o controle sobre determinada área de atuação.

A análise sobre a categoria conceitual *espaço*, segundo Bonnemaïson (2002, p.129) é entendido diferentemente da idéia de território¹,

O espaço é errância, o território é o enraizamento. O território tem necessidade de espaço para adquirir o peso e a extensão, sem os quais não pode existir; o espaço tem necessidade de território para se tornar humano (Bonnemaïson, 2002, p.129).

No intuito de melhor elucidar o conceito por ora abordado, o *espaço*, cabe ressaltar que “para o homem religioso, o espaço não é homogêneo: o espaço apresenta roturas, quebras; há

¹ Moraes (2002, p. 17) aponta a diferença entre a categoria espaço e território. “Do ponto de vista epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território”.

porções do espaço qualitativamente diferentes das outras” (Eliade,1999, p.25). Estas heterogeneidades promovem a existência de dois espaços qualitativamente diferentes: o sagrado e o profano.

Segundo Rosendahl (2002), o espaço sagrado distingue-se do espaço profano à medida que o primeiro significa separação e definição, sugerindo sentido de ordem, totalidade e força, constituindo espaços expressos pela manifestação do sagrado. Apesar de serem completamente diferentes, antagônicos, estabelecem diversas relações de interdependência primordialmente expressas pela separação simbólica entre o saber sagrado, resultado da ação de seus produtores, e a ignorância profana, representada pelos que consomem este sagrado. Mais uma vez recorre-se a Rosendahl (2004) ao estabelecer analogias entre sagrado – *cosmo* – e profano – *caos* –. Os lugares do *cosmo* são entendidos como o domínio estabelecido pelo sagrado, representando ordenação, rico em signos e significados a seus adeptos, e os lugares de *caos*, os presentes nas realidades não-divinas.

As diferenças existentes entre um espaço dito sagrado e outro não-sagrado são enfatizadas por Eliade (1999), que afirma:

Há portanto um espaço sagrado, e por consequência ‘forte’, significativo, e há outros espaços não-sagrados e, por consequência, sem estrutura nem consistência, em suma, amorfos. Mais ainda: para o homem religioso essa não-homogeneidade espacial traduz-se pela experiência de uma oposição entre o espaço sagrado – o único que é real, que existe realmente – e todo o resto, a extensão informe, que o cerca (p.25).

Tais reflexões nos alertam que essas distinções espaciais constituem o estudo da motivação religiosa na criação e na transformação da paisagem e do território cultural pelo homem. Isto posto, é importante enfatizar que estas relações existentes entre o sagrado e o profano foram apresentadas por Rosendahl (2003) nas seguintes dimensões de análise. Os exemplos selecionados pela autora foram a dimensão econômica – marcada pelos bens

simbólicos, pela constituição de mercados e redes –; a dimensão do lugar – marcada pela existência de hierofanias e sua percepção, vivência e simbolismo religioso no lugar; e a dimensão política – nas marcas da gestão territorial do sagrado e na expressão de suas territorialidades.

A presente pesquisa tende ao enfoque presente na terceira vertente proposta. Tem, portanto, como objetivo analisar os territórios religiosos e sua inter-relação entre sociedade e suas práticas religiosas. Cabe ressaltar que o surgimento dos territórios religiosos e a expressão de suas territorialidades direcionam ao reconhecimento da lógica territorial adotada pela Igreja Católica na constituição de suas dioceses.

É a partir da interpretação destes conceitos que a Igreja Católica será entendida como um agente modelador do espaço, enfatizando-se que as estratégias e práticas utilizadas variam em escala espaço-tempo de acordo com o grau de intencionalidade de suas ações.

A Igreja, enquanto organização institucionalizada, é produto da ação da sociedade, provida de normas de conduta, práticas que as diferenciam das demais e uma hierarquia que apresenta sua grande organização e, sobretudo, seu poder. Aproxima-se, portanto, do *espaço social* e do *espaço cultural* proposto por Bonnemaison (2002), à medida que atua por vezes como organizador e produtor do espaço e em outros momentos como portador de sentido, ou seja, de uma significação e de uma relação simbólica.

Em relação à organização do *espaço social* da Igreja Católica, ou seja, sua disposição institucional, Rosendahl (2002) apresenta o pensamento durkheimiano nas ações implementadas pela Igreja, que são responsáveis pela existência de um local religioso e, também, de territórios religiosos. Por lugar religioso entendemos o espaço em que o homem se reconhece através de símbolos e signos comuns traduzindo um sentimento de afinidade e uma relação de domínio do saber religioso. Rosendahl (2004) defende que sua manutenção favorece a noção de que comunidade partilha uma identidade comum, um sentimento de integração e de comunidade

religiosa. *Território religioso* apreciamos como o domínio do poder político-religioso em um dado território, onde seu acesso é controlado e a autoridade é exercida por um profissional da fé. Tal fenômeno concede um reconhecimento deste espaço que pode trazer repulsa ou afinidade.

Além disso, outra proposição, a de Max Weber (1983), que defende uma ação racional do sagrado, enquanto instituição, que é guiada por homens detentores de um carisma que promovem uma verdadeira divisão do trabalho, através da existência do profeta, que detém o carisma individual, do sacerdote, que atua como um funcionário a serviço do profeta, na manutenção do sagrado, e dos leigos, que exercem o papel de seus consumidores.

Completando este entendimento, revisamos Eliade (1999), no que tange às materializações do sagrado, as hierofanias, que tendem a originar lugares sagrados, considerados qualitativamente fortes, diferenciados e demarcados pelos fiéis.

Na geografia recorremos a Sack (1986), que apresenta a Igreja Católica como uma das maiores e mais articuladas instituições que, em seu bojo, se apresenta altamente hierarquizada e burocrática. Deve-se ressaltar que tal instituição é, por um lado, permeada pela vivência religiosa, ou seja, pela relação existente entre o crente e sua fé; e, de outro lado, é formada pelas práticas religiosas adotadas pela instituição, ligadas diretamente à sua organização. Desta forma, para o autor, a Igreja Católica apresenta duas naturezas: (a) a Igreja invisível, formada pelo sistema abstrato da fé e os valores defendidos pela Igreja; e (b) a Igreja visível, ligada às instituições sociais, ou seja, à estrutura física, aos membros, aos funcionários, às regras e aos regulamentos da instituição.² Neste momento, cabe destacar que a proposta da pesquisa se norteará pelos

² “(...) The church has two natures. The first includes the abstract system of belief and values found in the scriptures which the church purports to represent and to which those in heaven have adhered. This will be called the invisible Church. The second refers to the social institutions of the Church and encompasses its members, its officials, its rules and regulations, and its physical structures and properties. This we will term the physical or visible Church. Church buildings, properties, holy places, parishes, and dioceses are elements in the visible Church” (Sack, 1986, p.93).

pressupostos presentes na segunda natureza da instituição, isto é, segundo sua estruturação administrativa.

Partindo do pressuposto que estes espaços são apropriados e vivenciados, respectivamente, pela Instituição Católica e pelos fiéis, tornam-se prementes as análises dos conceitos de território e de territorialidade. Como território avalia-se uma categoria particular de espaço em que são estabelecidas as relações de poder. Tal abordagem denota um caráter puramente político. A literatura geográfica demonstra a noção de temporalidade – análise histórica – à constituição do território, contribui para que o território em sua formação envolva a relação de uma sociedade específica com seu espaço, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando sincronicamente as formas de sociabilidade reinantes numa paisagem e numa estrutura territorial. Assim, a construção do *território* relaciona-se a representações, discursos, consciências.

Sob a mesma ótica, recorremos a Souza (2003, p.78) que o aborda como “o espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, existindo, portanto, uma relação de dominação e submissão reconhecida pelos agentes participantes. Neste âmbito, cabe destacar que os territórios tendem a variar no espaço-tempo na medida em que são influenciados pelo grau de intencionalidade das estratégias adotadas pela instituição. Como consequência, um dado lugar pode ser usado como território em dado tempo e não mais em outro período. O território apresenta-se como extremamente complexo, pois é influenciado: pelos agentes participantes, que sobremaneira contribuem para sua construção a partir do grau de intencionalidade; pela escala espacial representado pela área de ocorrência; pela temporalidade, variação do tempo de ocorrência, e; por vezes pela superposição de diversos territórios formados por lógicas e estratégias distintas.

Em *Viagem em Torno do Território*, Bonnemaïson (2002) apresenta o território como um *sistema espacial* sendo construído, ao mesmo tempo, como um sistema e um símbolo.

Um sistema porque se organiza e se hierarquiza para responder às necessidades e funções assumidas pelo grupo que o constitui. Um símbolo porque se forma em torno de pólos geográficos representantes dos valores políticos e religiosos que comandam sua visão de mundo (p.106).

Objetivando sublinhar as particularidades do conceito de território, deve-se fazer um resgate do conceito de espaço para que, assim, possam ser estabelecidos os tênues limites entre eles.

Para Bonnemaïson (2002), espaço e território são representados pela díade, móvel e fixo, ou seja, pelo risco e pela segurança. Assim, o território “apela para tudo aquilo que no homem se furta ao discurso científico e se aproxima do irracional: ele é vivido, é afetividade, subjetividade” (p.126). Em relação ao espaço, destaca-se que “começa fora do território quando o indivíduo está só, confrontado, e não mais associado a lugares, numa relação de onde está excluída toda intimidade” (p.126).

É marcante considerar que o conceito de espaço pode ser entendido como anterior à formação de um território. Em Souza tal afirmação é constatada à medida que “sempre que houver homens em interações com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território e não só de um espaço” (Souza, 2001, p.96).

Deste modo, a partir das relações entre os *insiders* e os *outsiders* devem ser sublinhados os esforços para a manutenção dos territórios, destacando o seu controle através de estratégias, tornando-se premente o estudo do conceito de territorialidade.

No que tange à territorialidade, abordamos Sack (1986), que a define como uma poderosa estratégia geográfica de controlar pessoas e coisas a partir do controle de área,³ sendo, deste modo, uma expressão geográfica de poder social. Assim, configura-se como a ação – estratégia – de determinados grupos para manterem-se no poder, através da apropriação e controle de um dado território.

Tal controle estabelece diferentes graus de acesso a pessoas, coisas e relações,⁴ contribuindo para a formação de uma hierarquia à medida que as estratégias adotadas denotam relações mais impessoais.

Para Bonnemaïson (2002), a territorialidade apresenta-se pelas práticas sociais e culturais de grupo em função de seu território. Ribeiro (2002) aproxima-se de tal entendimento quando relaciona os conceitos de território e territorialidade, enfatizando que:

Enquanto a territorialidade é identificada pelas práticas sociais, que por um lado, são definidas por relações de poder, através do controle, e por outro, pela apropriação simbólica e afetiva de uma área geográfica por indivíduos e grupos, o território nada mais é do que a manifestação geográfica dessa territorialidade (Ribeiro, 2002, p.94).

Desta forma, território e territorialidade, o primeiro enquanto ocorrência espacial de um fenômeno e o segundo enquanto estratégia adotada para sua legitimação, atuam de forma interdependente. Tal fato é enfatizado por Sack (1986) e por Ribeiro (2002) quando apontam que os territórios requerem constante esforço para seu estabelecimento e manutenção, sendo, portanto, resultado das estratégias que afetam, influenciam e controlam um dado território.⁵

³ “Territoriality for humans is a powerful geographic strategy to control people and things by controlling area” (Sack, 1986, p.5).

⁴ “Territoriality is a strategy to establish different degrees of access to people, things, and relationships” (Sack, 1989, p.20).

⁵ Para Sack (1986, p.19), “territories require constant effort to establish and maintain. They are results of strategies to affect, influence and control people, phenomena and relationships”. Sob este mesmo enfoque Ribeiro (2002, p.92) apresenta que um “indivíduo ou determinado grupo de pessoas, ao se apoderar de um local, formaliza um território.

Assim, as territorialidades são constituídas pelo comportamento espaço-territorial de grupos sociais diversos, empresas e instituições, na tentativa de consolidar seu poder.

A Igreja Católica, instituição religiosa antiga e de atuação espacial, ainda que desigual, que se faz em escala planetária, constitui exemplo significativo para o estudo da territorialidade (Sack, 1986). Deste modo, os dois conceitos supracitados relacionam-se perfeitamente às práticas e estratégias da Igreja Católica, seja na constituição de seus territórios – paróquias, dioceses – ou em sua distribuição. Tais ações representam a constituição e legitimação de seus domínios, considerando, é claro, seus objetivos e práticas na constituição de sua escala espacial.

É neste sentido que se faz a aproximação com a dimensão política presente na religião a partir da existência de um território religioso e, por consequência, a ação de uma territorialidade religiosa. A Igreja Católica, em relação à sua estrutura territorial e administrativa, apresenta características formais e perenes, ou seja, alto nível hierárquico e organizacional, tende a utilizar estratégias políticas com o objetivo de assegurar o controle, a vivência e a vigilância dos fiéis (Rosendahl, 2003).

Tal atuação corrobora para a existência de um *território religioso*, que Rosendahl (2003, p.114) qualifica como “unidade político-espacial demarcada, onde o acesso é controlado e dentro da qual a autoridade é exercida por um profissional religioso”, que pode ser representado pelo conjunto de níveis hierárquicos agregados pela instituição católica que, em sua gênese, contribuem para a delimitação das áreas sob influência e poder da Igreja Católica. Sack (1986) apresenta tal conjunto como dividido em hierarquias territoriais representadas pelas paróquias, dioceses e arquidioceses. Enfatiza que cada um destes territórios é chefiado por um funcionário da Igreja cujo posto em sua administração corresponde ao posto na hierarquia territorial.

Mas para que este território possa existir, como tal, é necessário um esforço constante para sua instalação e manutenção”.

A Igreja Católica, objetivando melhor controle sobre seus territórios, restringe o acesso a tais lugares, delegando ao profissional religioso autoridade e controle sobre tal território. Este controle é resultado da adoção de estratégias religiosas, ou seja, das *territorialidades religiosas*, entendidas como o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território. Por *territorialidade religiosa* comunga-se com Rosendahl (2005), quando a autora ressalta que “o efeito do poder do sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuos (...), fortalecidos pelas experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território” (p.204).

Como destacado anteriormente nas aproximações dos conceitos de território e territorialidade, enfatiza-se que como condição à manutenção de uma religião é necessário que sua territorialidade religiosa seja preservada e, “neste sentido, pode-se acrescentar que é pela existência de uma religião que se cria um território e é pelo território que se fortalecem as experiências religiosas coletivas ou individuais” (Rosendahl, 2003, p.195).

Por ora, cabe uma consideração no que tange ao poder exercido pela Igreja Católica. Influenciados por Bonnemaïson (2002) e Rosendahl (2003), enfatizamos que o controle e, portanto, a atuação política da instituição/empresa católica é vital para a manutenção de sua unidade político-territorial. Porém, sua organização que garante, legitima e assegura o controle, a vivência e a vigilância dos *profissionais* da fé sobre os ditos *consumidores* do sagrado, é sentida pelos fiéis, concedendo aos mesmos uma dimensão simbólica que fortalece seu pertencimento.

Os referenciais teóricos utilizados no presente capítulo buscam enriquecer as discussões em relação ao tema proposto. Os conceitos de *território* e *territorialidade* não constituem uma visão única do pensamento geográfico diante de sua amplitude epistemológica. Diversas são as perspectivas utilizadas para estudá-los, como a ótica materialista, a idealista, a integradora e a

relacional (COSTA, 2004), que diante de suas particularidades tendem a enriquecer o debate geográfico. Este capítulo teve como objetivo destacar estes dois conceitos e, assim, relacioná-los às práticas *territorializadas* da Instituição Católica.

O próximo capítulo – A Igreja Católica na Formação de seus Territórios Religiosos na Região Centro-Oeste – buscará traçar um padrão para os processos de difusão espacial dos territórios religiosos – as dioceses. Assim, apresentará a noção conceitual proposta pela difusão espacial das inovações e, posteriormente, traçar o padrão de disseminação da rede de dioceses formadas na região Centro-Oeste brasileira.

Capítulo 2

A Igreja Católica na Formação de seus Territórios Religiosos na Região Centro-Oeste

Posteriormente a apresentação dos conceitos-chave trabalhados no capítulo anterior, será desenvolvida uma discussão teórica acerca do processo de difusão espacial dos fenômenos, destacando as contribuições de Hägerstrand, Brown e Gould, para que posteriormente sejam destacados os processos de difusão de dioceses perpassados no Centro-Oeste brasileiro.

2.1 Difusão Espacial de Inovações: Breves Considerações

Ao analisar a formação dos territórios religiosos, cabe aproximar-se do viés racional da Instituição Católica que se distingue do sistema abstrato de fé, lógica dos devotos, abordado em Durkheim (1968), Weber (1983) e Eliade (1999). Élineau (1999), em *Organisations territoriales des Églises*, postula que a Igreja molda seus territórios simultaneamente ao processo de cristianização, os territórios religiosos são formados e modificados em consonância com o contexto que os abriga, no caso estudado, o processo de formação da região Centro-Oeste. Ao apresentar o exemplo francês, a autora propõe uma característica essencial à existência do território religioso, onde afirma que o mesmo configura-se como,

mobile et dynamique et répond aux événements sociaux, démographiques et historiques par des adaptations lentes ou brusques, voulues ou imposées. De l'appropriation territoriale originelle à aujourd'hui, les espaces religieux se modifient lentement depuis plusieurs siècles et avec un certain empressement ces dernières décennies. Deux phases s'opposent, l'héritage de l'organisation territoriale de l'Église s'efface petit à petit sous le poids des transformations récentes sans, cependant, ne jamais être ignoré. Les paroisses et les diocèses dressés antérieurement offrent toujours les bases d'un travail ecclésial en pleine mutation (p.105).

Desta forma, os territórios religiosos configuram-se como dinâmicos e permeáveis a alterações. Analisar a formação destes territórios, seu processo de organização e difusão, contribui para entender o comportamento *territorializado* da Igreja Católica, que é sobremaneira

influenciado pelo processo de gestão territorial. Corrêa (1992) ressalta a definição de gestão territorial, apresentando-o como uma dimensão espacial do processo de gestão, relacionando-o ao controle exercido por uma instituição objetivando sua expansão e, portanto, o controle sobre a organização do espaço. Cabe destacar que “a gestão de um território constitui um poderoso meio visando, através da organização do espaço, viabilizar a existência e a reprodução do conjunto da sociedade” (p.115).

Sublinha-se que a gestão implementada pela Igreja Católica está inserida na lógica que objetiva a manutenção e a expansão de seus territórios religiosos, as dioceses. Assim, torna-se necessário entender os processos de criação e desmembramentos de dioceses, ressaltando que estes estão fortemente ligados às estratégias de controle e gestão do território.

Pautado nas definições das ações de gestão do território, que se aproximam das territorialidades adotadas pela Instituição Católica, privilegia-se uma das atuações consideradas importantes, as que visam ao maior controle sobre o território religioso, os processos de difusão de dioceses.

Diante dos artigos – A Difusão Vista Através de um Prisma: A Geografia, de Oliveira et al. (1978) e de Os avatares da Teoria da Difusão Espacial: uma Revisão Teórica, publicado por Silva (1995) – buscou-se visitar as bibliografias de Hägerstrand (1967), Brown (1968) e Gould (1969). Este estudo contribui para o entendimento da difusão das inovações como um processo espacial⁶. Apropriar este conhecimento ao objeto empírico – a instituição Católica enquanto formadora de territórios religiosos – torna-se importante ferramenta ao entendimento da distribuição espacial do fenômeno estudado, pois a partir da contextualização de seus processos

⁶ This study is not concerned with the analysis of specific geographic area; its object is to deal with the diffusion of innovations as a spatial process. Hägerstrand, 1967, p. 1.

históricos, políticos e geográficos, pode-se entender as *territorialidades* utilizadas pela Instituição na área de estudo.

O enfoque geográfico concedido à difusão de inovações preza pelo entendimento deste conceito enquanto ocorrência espacial, ou seja, a partir da dispersão espacial de um fenômeno. Como definição básica, Hägerstrand apresenta como objetivo deste processo de difusão espacial o entendimento da distribuição dos fenômenos entre os pontos (lugares), ao longo do tempo. Reitera que a difusão de inovações, em relação à origem e à disseminação cultural, relaciona-se a diversas ciências humanas, em especial, à geografia cultural e econômica⁷.

Em Brown (1968), Hägerstrand entende a difusão da inovação como um processo de aprendizagem e persuasão cujo elemento essencial torna-se a disseminação da informação (inovação).

A análise da difusão espacial de um fenômeno torna-se interesse da geografia e, em especial, do estudo em tela devido às variações geográficas de distância, direção e diferenciação espacial do processo. Oliveira (1978) ressalta Cohen que defende que “a mudança sempre implica um processo de difusão de um novo fenômeno, seja material ou não-material”. Tal consideração é pertinente, pois a criação de dioceses e, portanto, de seus territórios religiosos é sentida diretamente pelos *consumidores do sagrado* que a percebem e a vivenciam.

A difusão espacial de uma inovação no espaço-tempo ocorre de forma diferenciada, ou seja, “os processos de difusão (...) não aparecem imediatamente sobre toda a superfície terrestre” (SILVA, 1995, p.26). Aproximando o processo de difusão ao de gestão de um território torna-se importante considerar a historicidade “que se traduz em agentes sociais e práticas espaciais distintas, historicamente variáveis” (CORRÊA, 1992, p.115). Deste modo, os territórios

⁷ Segundo Hägerstrand (1967, p.1), “the diffusion of innovations – the origin and dissemination of cultural novelties – is an area of study which concerns all sciences dealing with human activity, including, not least of all, cultural and economic geography”.

resultantes da gestão da Igreja Católica e sua ocorrência no espaço e no tempo serão o cerne desta pesquisa, que auxiliada pela teoria por ora abordada apresentará os tempos de difusão espacial do tema estudado.

Os autores analisados (OLIVEIRA, 1978, e SILVA, 1995) propõem em seus *reviews* um resgate das principais concepções teórico-metodológicas acerca dos estudos de difusão espacial. Neste ínterim, o desenvolvimento da referente pesquisa se baseará na compreensão das apreciações de Hägerstrand, Brown e Gould à medida que enfatizam a pertinência da análise geográfica nos estudos de difusão espacial.

Em suas análises, Hägerstrand (1967) propõe o estudo da difusão espacial de inovações a partir da perspectiva dos fluxos de informação, destacando as relações interpessoais existentes entre os transmissores e os potenciais adeptos do processo difundido, formando uma rede de comunicação social. Como sinaliza Silva (1997, p.27), “a adoção é o resultado de um processo de aprendizagem (persuasão) que envolve a aceitação de uma inovação a partir de uma informação que, por sua vez, condicionará padrões comportamentais e tomada de decisões”. Primeiramente, a informação encontra-se concentrada nos primeiros adeptos da inovação (*initial agglomerations*), posteriormente ocorre uma disseminação radial em que a aglomeração inicial origina aglomerações secundárias, continuando o processo e, no último estágio, compreendendo o período em que o crescimento cessa (*saturation stage*), podendo então regredir ou manter-se do mesmo tamanho e importância (HÄGERSTRAND, 1967).

A partir de uma evolução qualitativa nos estudos acerca da difusão espacial apresentamos os estudos de Brown (1968), que prioriza em suas reflexões o enfoque de mercado e infraestrutura. Para o autor, a difusão de certas inovações é resultado de decisões de mercado, a partir

da relação entre os difusores e seus potenciais adeptos, em sua gênese, a habilitação de uma inovação da informação segue a habilitação da inovação de mercado⁸.

Cabe ressaltar que os estudos de Hägerstrand influenciam sobremaneira sua pesquisa, o autor destaca a formação das *agências de difusão* e as *estratégias de difusão* no estabelecimento e propagação de uma inovação, desta forma, supera a visão anterior de que uma inovação, uma informação, seria difundida diretamente a partir do contato entre transmissores e receptores.

As reflexões empíricas desta pesquisa assemelham-se às apreciações teóricas de Brown, assim, a difusão dos territórios religiosos será estudada a partir do estabelecimento da rede de dioceses que atuam como *agências de difusão*, tendo, portanto, estratégias próprias para seu processo de propagação. Deste modo, o estudo primará pela análise da dinâmica da instituição, isto é, a organização espaço-tempo da Igreja Católica sob forma de diocese.

Feitas as ressalvas metodológicas da pesquisa, partiremos para o processo de difusão em si e buscar-se-á, deste modo, entender os elementos essenciais da difusão espacial.

A partir das proposições feitas anteriormente acerca dos estudos de Hägerstrand e Brown, podemos considerar que o processo de difusão é composto por seis elementos: origem, itinerário, barreiras, focos secundários, tempo de difusão e agentes de difusão.

Entende-se por origem o foco inicial, isto é, o ponto que primeiramente recebe uma inovação. É interessante ressaltar que este ponto não é um lugar qualquer, é escolhido em função de suas potencialidades como foco receptor e possível irradiador de uma idéia.

Outra proposição conveniente é o itinerário. Este elemento apresenta as relações inerentes aos caminhos seguidos por uma inovação, podendo ser entendido como as relações existentes entre as estratégias, os objetivos e o meio.

⁸ “the market factor is still present in the conceptual framework of the process” (Gould, 1968, p. 41).

Destaca-se nesta tríade o papel do agente da difusão, aquele que tem a função de propagador, de “estabelecer as agências e determinar as estratégias de indução da inovação sobre os potenciais adotadores” (Silva, 1995, p.43). Controlando o espaço e condicionando o processo de difusão, tal agente adota ações estratégicas, as *territorialidades*, que estão diretamente relacionadas a seus objetivos e suas possibilidades técnicas. Desta forma, estas atuações pressupõem a existência de um meio material, um espaço, que possa dar suporte à expansão da difusão espacial de um processo. Como destacado anteriormente, a apropriação deste espaço a partir da adoção de uma gestão particular conforma ao mesmo a configuração de um *território*.

Partindo do pressuposto de que o espaço é uma acumulação desigual de tempos (SANTOS, 2004), recorremos a Oliveira (1995, p.31), que enfatiza que a “difusão não ocorre sobre uma superfície homogênea”, como sinaliza Gould (1969), a difusão do fenômeno ocorre gradualmente, contribuindo para o aumento dos potenciais adotadores da inovação.

Porém, o processo de inovação não ocorre de forma constante, neste ínterim torna-se interessante mencionar o papel das *barreiras* que se apresentam como uma resistência ao fenômeno da inovação⁹. Hägerstrand (1967) e Gould (1969) mencionam a existência de barreiras absorventes – as que podem impedir a expansão de uma inovação –, de barreiras refletoras – as que podem redirecionar o fluxo de uma inovação – e as barreiras permeáveis – aquelas que retardam, mas não impedem, a passagem da inovação –. No decorrer do estudo será marcante a ocorrência de barreiras do tipo permeáveis, ou seja, a difusão das arquidioceses e dioceses na região Centro-Oeste será influenciada ora por fatores naturais, ora sociais, ora econômicos e ora culturais que contribuirão para a existência de tempos de difusão distintos.

⁹ Usually they do not move over smooth and homogeneous surfaces, for real geographic space is seldom close to the theoretically ideal ‘transportation surface’, where movement is equally easy in all directions. Many things get in the way, slow down, and alter the course of other things that are diffusing through an area” (Gould, 1969, p.11).

Deve-se destacar que uma vez superada esta barreira é retomada a difusão a partir do estabelecimento de um foco secundário. Tal prática remarca o êxito da estratégia adotada pela instituição à medida que oferece continuação ao processo de difusão.

Como resultado da análise dos elementos essenciais ao processo de difusão, torna-se possível traçar o padrão espacial relacionado ao processo de difusão de dioceses. A partir das análises elaboradas constata-se que a Igreja Católica possui uma *estrutura de propagação mononuclear*, ou seja, “um único propagador determina as características do sistema de agências de difusão e, conseqüentemente, determina o padrão básico da difusão” (OLIVEIRA, 1978, p.92). Tal fato relaciona-se ao controle estabelecido pela Instituição Católica que, em sua gênese, deve ser entendida como altamente hierarquizada e burocrática.

Gould (1969) propõe três tipos de padrões espaciais de difusão: (i) difusão por hierarquia – existência de lugares centrais hierarquicamente superiores que condicionam o fluxo da difusão, beneficiados primeiramente na expansão do fenômeno –; (ii) difusão por relocação – abandono das estruturas difundidas anteriormente e fixação de novas redes de localização –; e (iii) difusão por expansão ou contágio – novos membros são acrescentados ao processo, ocorrendo a dispersão do fenômeno sobre a área estudada –. Cabe ressaltar que o processo de difusão pode ocorrer seguindo concomitantemente os padrões espaciais de difusão supracitados, a ocorrência de um padrão não anula o outro.¹⁰

Cabe ressaltar que o padrão de difusão da Igreja Católica na área de estudo qualifica-se por uma difusão por hierarquia, onde os lugares que exercem certa centralidade são os primeiros a receberem a informação e, posteriormente, repassam aos de menor hierarquia, e por expansão/contágio, influenciado diretamente pelo efeito da distância, áreas mais próximas aos

¹⁰ “It’s obvious that diffusion processes are not always exclusively of one sort or another” (Gould, 1969, p.5).

centros de difusão inicial (*initial agglomerations*) tendem a participar primeiro do processo de difusão.

Desta forma, salienta-se que a criação de dioceses na área de estudo privilegia as áreas que são hierarquicamente superiores, e à medida que a Igreja Católica não consegue administrar plenamente seus territórios ocorre uma nova difusão, que, neste caso, pode ser entendida como processo de expansão ou contágio.

Tais considerações permitem elucidar o entendimento de como ocorre a difusão de um *fenômeno/ inovação* no espaço. Torna-se necessário apresentar a partir deste momento a formação da rede diocesana religiosa que se apresenta como resultado dos processos de difusão anteriormente estudados.

Em *Trajetórias Geográficas* (2001), Corrêa suscita a preponderância do estudo, por parte dos geógrafos, das diferentes redes geográficas que compõem a organização espacial. O autor aponta que “existem, em realidade, inúmeras e variadas redes que recobrem, de modo visível ou não, a superfície terrestre” (p.107), e enfatiza que “de um modo ou de outro, todos estamos inseridos em mais de uma rede geográfica e, simultaneamente, excluídos ou ausentes de um número ainda maior de redes”.

Deste modo, a partir do estudo do conceito de redes geográficas, buscaremos analisar, sob a ótica de atuação da Igreja Católica, a formação de uma *rede geográfica diocesana*.

Em um primeiro momento ressaltamos que a rede geográfica pode ser entendida como um conjunto articulado de localizações, materiais ou imateriais, sobre a superfície terrestre (CORRÊA, 2001). Tais localizações, os *nós*, atuam como principais centros hierárquicos da rede e são permeadas pelos *fluxos* que representam as interconexões existentes entre os núcleos da rede. Deste modo, Dias (2003) destaca:

Os fluxos de todo tipo, das mercadorias às informações, pressupõem a existência das redes. A primeira propriedade das redes é a conexidade – qualidade de conexo –, que tem ou em que há conexão, ligação. Os nós das redes são assim lugares de conexões, lugares de poder e de referência (p.148).

Em um segundo momento destaca-se que as redes geográficas existem a partir da heterogeneidade das relações, portanto é marcante e necessário que ocorram a partir do estabelecimento de relações hierarquizadas ou de complementaridade. Destarte, a rede pode ser lida enquanto dimensão de poder, respondendo à lógica de quem as “domina” e sua interface entre espaço, tempo e organização, e, função deste fato, tende a ser pensada pelo núcleo maior, foco inicial, origem do processo de difusão.

No bojo das práticas da Igreja Católica, este conceito suscita uma análise mais aprofundada das estruturações, re-estruturações e das organizações sucessivas que a Igreja desenvolve numa escala espaço-tempo, diferente e diretamente relacionada às estratégias adotadas pela instituição.

Deste modo, há o estabelecimento de uma rede própria – *rede diocesana* – que através das conexões estabelecidas entre os mesmos níveis administrativos, neste caso as dioceses, tendem a moldar seus territórios, que ora avançam ora recuam, sendo, portanto, dependentes do grau de intencionalidade da instituição. O entendimento do conceito de redes geográficas e da existência de uma rede religiosa – rede de dioceses – será abordado com base em Corrêa (2001), que atribui à Igreja Católica:

(a) Em sua dimensão organizacional: (i) a atuação enquanto instituição, (ii) a ação planejada no que tange à origem e criação de dioceses, respondendo a critérios planejados pela alta hierarquia da Igreja, que consideram as demandas religiosas depreendidas pelos fiéis, (iii) a função e a finalidade da instituição de estabelecer maior controle sobre os fiéis, (iv) sua

existência que se configura simbolicamente para o fiel, e (v) sua organicidade que segue os níveis hierárquicos propostos pela Igreja Católica nas diferentes escalas: mundial, nacional, regional e local.

(b) Em sua dimensão espacial, o nível hierárquico-territorial estudado está inserido no âmbito regional, ou seja, das dioceses.

(c) Em sua dimensão temporal, atua de forma permanente, ou seja, seus fluxos e processos de difusão respondem às necessidades da Instituição Católica e à demanda religiosa.

Cabe ressaltar que a ação na constituição dos *territórios religiosos* e a formação da *rede geográfica religiosa* são perfeitamente possíveis a partir de uma grande organização institucional que, neste caso, é conseguida pelo alto grau de hierarquização clerical, tanto espacial quanto funcional da instituição.

Os sucessivos arranjos espaciais depreendidos pela Igreja Católica são determinantes para a manutenção de sua unidade político-espacial, isto é, para o reconhecimento e para o controle sobre seus territórios religiosos.

No tocante à divisão presente nos lugares sagrados e nos edifícios – entendidos como os diversos níveis organizacionais – da Igreja, há um primeiro nível hierárquico expresso pela centralidade exercida, em escala mundial, pelo Vaticano, em Roma. Sendo seguido por uma centralidade nacional, representada pela Congregação dos Bispos do Brasil (CNBB), estabelecida em Brasília. Cabe ressaltar, que o Vaticano e a CNBB atuam diretamente no controle regional das centralidades estabelecidas pelas arquidioceses e dioceses.

Ressalta-se, a título de definição que as arquidioceses são territórios da Igreja Católica localizados na sede metropolitana dos estados cujo poder é exercido pelo Arcebispo. Suas

funções são as mesmas desempenhadas pela Diocese. As dioceses são os territórios católicos cujo poder é exercido pelo bispo e sua localização é estabelecida na sede municipal. Lecocquierre e Steck apud Rosendahl (2004) apontam que a diocese é a única e verdadeira unidade territorial base da Igreja Católica. É, portanto, o território religioso verdadeiramente presente e atuante no processo de regulação da religiosidade católica, consistindo em um entreposto da ação regional e universal. Essas unidades são responsáveis por um outro nível hierárquico: a paróquia, territórios religiosos que formam uma diocese, em que o poder é exercido pelo pároco, a mesma estabelece seu poder sobre as comunidades locais, controle do cotidiano, presente na vida social de seus adeptos, fazendo uma aproximação, portanto, entre o local, o regional e o universal que se constitui como o lugar mais próximo às comunidades locais.

A critério de comparação, a primeira unidade citada representa o poder em escala mundial, as segundas representam a interface entre o mundial e o local, logo um poder regional, e as terceiras unidades constituem-se como reguladores locais, diretamente ligados às comunidades locais (Rosendahl, 2003).

Partindo do entendimento da base conceitual da hierarquia presente na instituição católica e da análise empírica dos dados, é possível desenvolver algumas considerações preliminares referentes à distribuição das dioceses no recorte espacial determinado, a região centro-oeste brasileira.

Deste modo, é perceptível que a criação das dioceses no estado estão relacionadas aos processos de difusão da fé e à constituição de redes religiosas, e que a difusão da Igreja Católica, a constituição das redes diocesanas e a formação de seus territórios religiosos podem ser vistas como uma tentativa de compatibilizar a dimensão organizacional, espacial e temporal.

É importante considerar que tais desmembramentos tendem a ser influenciados por processos de povoamento, evolução urbana e por estratégias adotadas pela Igreja com objetivo de aumentar sua área de influência e, por conseguinte, seu poder. Desta forma, será interessante aproximar os aspectos da organização espacial da região de estudo às estratégias e práticas implementadas pela instituição buscando verificar se a expansão de sua rede de dioceses acompanhou e está inserida no estabelecimento e no avanço da rede urbana do centro-oeste.

O item que segue terá como objetivo central a apresentação dos períodos de difusão aos quais a Igreja Católica atuou mais diretamente sobre a região.

2.2. O estabelecimento dos tempos de difusão

A model is an abstraction, simplification, and compression of reality, constructed to illuminate something complex that is intellectually intriguing. In this sense, a map is a model, for it selects from the overwhelming complexity of the real world a few important things, and indicates in a convenient 'modeled space' their spatial juxtaposition. (Gould, 1969, p.8).

O presente item tem como objetivo principal apresentar a Instituição Católica como formadora de seus territórios e a região Centro-Oeste configura-se como palco desta atuação. Desta forma, serão traçados padrões de dispersão das dioceses diante da idéia da formação tempos de difusão em que serão descortinados a partir da apresentação dos mapas pertinentes a cada período proposto.

Como destacado no início deste capítulo, no processo de difusão espacial de seus territórios religiosos a Igreja Católica, utilizando-se de práticas e estratégias, *territorialidades*, atua sobre a região sendo influenciada pelos processos de povoamento, como nos processos de ocupação pretérita que data do século XVIII ou a partir da ocupação orientada pelo Estado como

a *Marcha para Oeste* no século XX e por fatores econômicos, como o desenvolvimento da mineração, da pecuária ou a expansão da agropecuária moderna. Este breve recorte teve como objetivo ilustrar alguns dos processos responsáveis pela inserção e integração do Centro-Oeste às demais regiões brasileiras apresentando a Instituição Católica como orientada por práticas e por lógicas que as legitima sobre a região.

Assim, a partir deste momento será de grande interesse o destaque aos desmembramentos aos quais os *territórios religiosos* – as dioceses – passaram no período proposto delimitando os tempos de difusão em sua criação. Deste modo, será feita uma leitura dos processos de formação dos territórios religiosos, para que, em um momento posterior, no terceiro e quarto capítulos – A Gênese dos Territórios Religiosos na Região Centro-Oeste: a Formação do Primeiro e do Segundo Tempo de Difusão e A Integração da Região Centro-Oeste ao Território Nacional: a Formação do Terceiro e do Quarto Tempo de Difusão – sejam tecidas análises mais aprofundadas.

O quadro que segue apresenta, de forma breve, o ano de criação das dioceses na região Centro-Oeste e seus processos de desmembramentos. Sua análise torna-se fundamental ao entendimento das lógicas de criação das dioceses.

Quadro 1 – Dioceses: Histórico e Origem

Dioceses	Histórico	Dioceses de Origem
Anápolis	1966	Goiânia
Barra do Garças	1982	Guiratinga
Arquidiocese de Brasília	1960	Goiânia

Arquidiocese de Campo Grande	1957** - 1978***	Corumbá e Guiratinga
Corumbá	1910	Cuiabá
Coxim	1978* - 2002**	Campo Grande
Arquidiocese de Cuiabá	1745* - 1826** - 1910***	São Sebastião do Rio de Janeiro
Diamantino	1929* - 1979**	Cuiabá
Dourados	1957	Corumbá
Formosa	1956* - 1979**	São José do Alto Tocantins e Goiás
Arquidiocese de Goiânia	1956	Goiás
Goiás	1745* - 1826** 1932*** - 1956**	São Sebastião do Rio de Janeiro
Guiratinga	1914* - 1981**	Cuiabá
Ipameri	1966	Goiânia
Itumbiara	1966	Goiânia

Jardim	1981	Corumbá
Jataí	1929* - 1956**	Goiás
Juína	1997	Ji-Paraná (RO) e Diamantino
Luziânia	1989	Anápolis, Ipameri e Uruaçu
Paranatinga	1997	Sinop, Barra do Garças e Rondonópolis
Rondonópolis	1940* - 1986**	Cuiabá, Corumbá e Guiratinga
Rubiataba- Mozarlândia	1966* - 1979**	Goiás e Uruaçu
Sinop	1982	Diamantino
São Félix	1969	Cristalândia, Guiratinga e Santíssima Conceição do Araguaia
São Luís de Montes Belos	1961	Goiânia, Goiás e Jataí
São Luiz de Cáceres	1910	Cuiabá
Três Lagoas	1978	Campo Grande
Uruaçu	1956	Extinta prelazia de São José do Alto Tocantins

* Prelazia ** Diocese *** Arquidiocese

Fonte: Anuário Católico do Brasil 2005
Organização: ANDRADE, Lidianne

A região Centro-Oeste possui, em sua totalidade, um número de 28 dioceses distribuídas em seu território. Estes territórios religiosos não foram formados no mesmo período. Os primeiros datam do século XVIII e os últimos são criados em finais do século XX. As estratégias de criação destes territórios estão, portanto, vinculadas ao desenvolvimento da região. Desta forma, a pesquisa propõe alguns tempos de difusão. Os tempos de difusão são entendidos como os momentos pelos quais são perceptíveis as atuações da Igreja Católica sobre a região. Ressalta-se que cada momento relacionado foi marcado por uma territorialidade específica que concede um contexto peculiar à análise.

Como forma de melhor analisar a atuação católica sobre a região, a pesquisa propõe o estabelecimento de um recorte temporal que tem seu início em 1745 com a criação de seus dois centros de difusão inicial, as prelazias de Goiás e de Cuiabá. As duas prelazias têm sua origem vinculada ao desmembramento da diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. Cuiabá que foi criada como prelazia em 1745, foi elevada à categoria de diocese em 1826 e, posteriormente, à condição de arquidiocese no ano de 1910. Goiás, assim como a diocese de Cuiabá, foi formada como prelazia em 1745, elevada à diocese em 1826, porém, diante do processo de intensificação de sua ocupação e da criação de Goiânia na década de 30 passa por processos mais complexos, pois, foi elevada à condição de arquidiocese em 1932, porém perdeu seu título e retomou à categoria de diocese em 1956. Cabe destacar que este processo resultou da criação de Goiânia, a nova sede administrativa do estado, e do enfraquecimento de Goiás, antigo Goiás Velho. O próximo capítulo dedicará atenção especial às alterações sofridas por estes dois centros de difusão.

A partir deste momento inicial serão traçados outros quatro tempos de difusão. Estes momentos estarão marcados, em sua maioria, por uma centralidade estabelecida pelo período,

seja a partir de uma atividade econômica, seja resultante de desmembramentos ou como consequência do aumento da importância por conta da infra-estrutura fornecida pelo Estado. Assim, cada tempo de difusão será marcado por uma característica central, porém estas características não foram únicas, uma vez que em um dado tempo de difusão pode coexistir diversas lógicas responsáveis pela criação de outros territórios religiosos.

Os quatro tempos propostos a partir dos centros de difusão iniciais são: O primeiro tempo de difusão – T1 – marcado pelo predomínio da atividade pecuária e pela navegação fluvial; o segundo tempo de difusão – T2 – influenciado pelos surtos da mineração e pelo desenvolvimento da pecuária na região; o terceiro tempo de difusão – T3 – influenciado pelos planos de integração da região ao pólo dinâmico nacional, a região sudeste, e; o quarto tempo de difusão – T4 – relacionado à expansão e modernização da agricultura sobre a região Centro-Oeste.

O primeiro tempo de difusão privilegiou a década de 1910. Este período foi marcado pelo desmembramento da diocese de Cuiabá que originou as dioceses de Corumbá e São Luís de Cáceres, em 1910. Em 1914 foi formada a prelazia Registro do Araguaia e, posteriormente, em 1969 houve a transferência de sua sede para a cidade de Guiratinga, esta alteração de sítio da prelazia foi responsável pela alteração de seu nome que passou a chamar-se de prelazia de Guiratinga. Em 1981 a mesma foi elevada à categoria de diocese.

O Segundo tempo de difusão remarca a formação das dioceses de Diamantino e Jataí. Este período configura o desmembramento da diocese de Cuiabá que origina a prelazia de Diamantino, em 1929, e sua promoção à diocese em 1979. Jataí, primeiro território religioso resultante da fragmentação de Goiás, foi criada como prelazia no ano de 1929 e elevada à condição de diocese no ano de 1956.

O terceiro tempo de difusão configura-se como o mais extenso. Este período foi influenciado pela intensificação dos planos de integração da região Centro-Oeste à região Sudeste

do Brasil. A atuação da Igreja Católica concentra-se em especial no estado de Goiás e na porção sul do Mato-Grosso, lembrando que este estado ainda não havia passado por seu processo de fragmentação político-administrativo com a criação do estado do Mato Grosso do Sul.

Este momento tem como recorte o período contido entre as décadas de 1940 e 1960. O período responde pela criação de 13 territórios religiosos sobre a região. Desta forma, o primeiro território religioso criado neste período foi Rondonópolis, em 1940, sob a forma de prelazia, em 1986 o mesmo foi elevado à categoria de diocese.

Em 1956 houve a criação da arquidiocese de Goiânia desmembrada da então arquidiocese de Goiás que imediatamente retrocede ao posto de diocese. A criação das dioceses de Uruaçu e Formosa no ano de 1956 ressaltam a fragmentação da extinta Prelazia de São José do Alto Tocantins. A diocese de Uruaçu foi formada pela sua fragmentação e extinção. A prelazia de Formosa, criada na mesma data, resultou da fragmentação desta prelazia, São José do Alto Tocantins, e da então diocese de Goiás, tendo seu status elevado a partir de 1979, quando passou a responder como diocese de Formosa.

O ano de 1957 foi responsável pela criação de duas novas dioceses, Campo Grande e Dourados. O sul do Mato Grosso foi beneficiado com dois novos territórios religiosos além de Cuiabá. A diocese de Campo Grande foi desmembrada da diocese de Corumbá e da então prelazia de Registro do Araguaia, hoje diocese de Guiratinga, no ano de 1978, posteriormente esta diocese foi elevada ao status de arquidiocese, como resultado do desmembramento do estado do Mato Grosso e a criação do estado do Mato Grosso do Sul. A diocese de Dourados formada pela mesma *bula papal* da diocese de Campo Grande, em 1957, foi criada a partir do desmembramento da diocese de Corumbá.

A década de 60 representa a transferência da capital federal para Brasília. Desta forma, a arquidiocese de Brasília foi criada no ano de 1960 a partir do desmembramento da arquidiocese

de Goiânia. O papel da arquidiocese de Brasília está diretamente vinculado à importância política do Distrito Federal, abrigando a Congregação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB -, que responde diretamente à Santa Sé - Vaticano -. Assim, como pontua Rosendahl (2003), a Igreja Católica possui uma gestão central que reflete a estrutura organizada e racional da instituição/empresa.

Em 1961 foi criada a diocese de São Luís de Montes Belos, cuja formação compartilhada resultou da fragmentação das dioceses de Goiás e Jataí e da arquidiocese de Goiânia. Outras quatro dioceses foram criadas em 1966, ambas pela Bula *De Animorum utilitate* do papa Paulo VI, as dioceses de Anápolis, Ipameri, Itumbiara, que foram desmembradas da arquidiocese de Goiânia e a Prelazia de Rubiataba-Mozarlândia formada a partir da fragmentação das dioceses de Goiás e Uruaçu, sendo elevada à categoria de diocese no ano de 1979. A última diocese formada neste período proposto foi a diocese de São Félix, em 1969, resultando da fragmentação das prelazias de Cristalândia (TO), Guiratinga (MT) e Santíssima Conceição do Araguaia (PA). Este momento marca a primeira atuação da Igreja ao criar seus *territórios religiosos* na porção norte do estado do Mato Grosso, será claro a partir do quarto tempo de difusão a maior atuação nesta porção da região Centro-Oeste.

O quarto tempo de difusão, orientado pela centralidade estabelecida pela expansão e modernização da agricultura sobre a região, inicia-se em 1978 a partir da formação da diocese de Três Lagoas e da prelazia de Coxim, cabendo ressaltar que ambas foram formadas a partir da fragmentação da arquidiocese de Campo Grande. A prelazia de Coxim teve seu status modificado para o de diocese no ano de 2002. A diocese de Jardim foi criada em 1981, a partir do desmembramento da diocese de Corumbá. Em 1982 foram criadas as dioceses de Sinop e de Barra do Garças, a primeira foi desmembrada da diocese de Diamantino e a segunda da diocese de Guiratinga. Ainda na década de 80, em 1989, foi criada a diocese de Luziânia, desmembrada

das dioceses de Anápolis, de Ipameri e de Uruaçu. Na década de 90, em 1997, houve a criação da diocese de Juína, desmembrada de Ji-Paraná (Ro) e Diamantino e da diocese de Paranatinga, desmembrada das dioceses de Sinop, Barra do Garças e Rondonópolis.

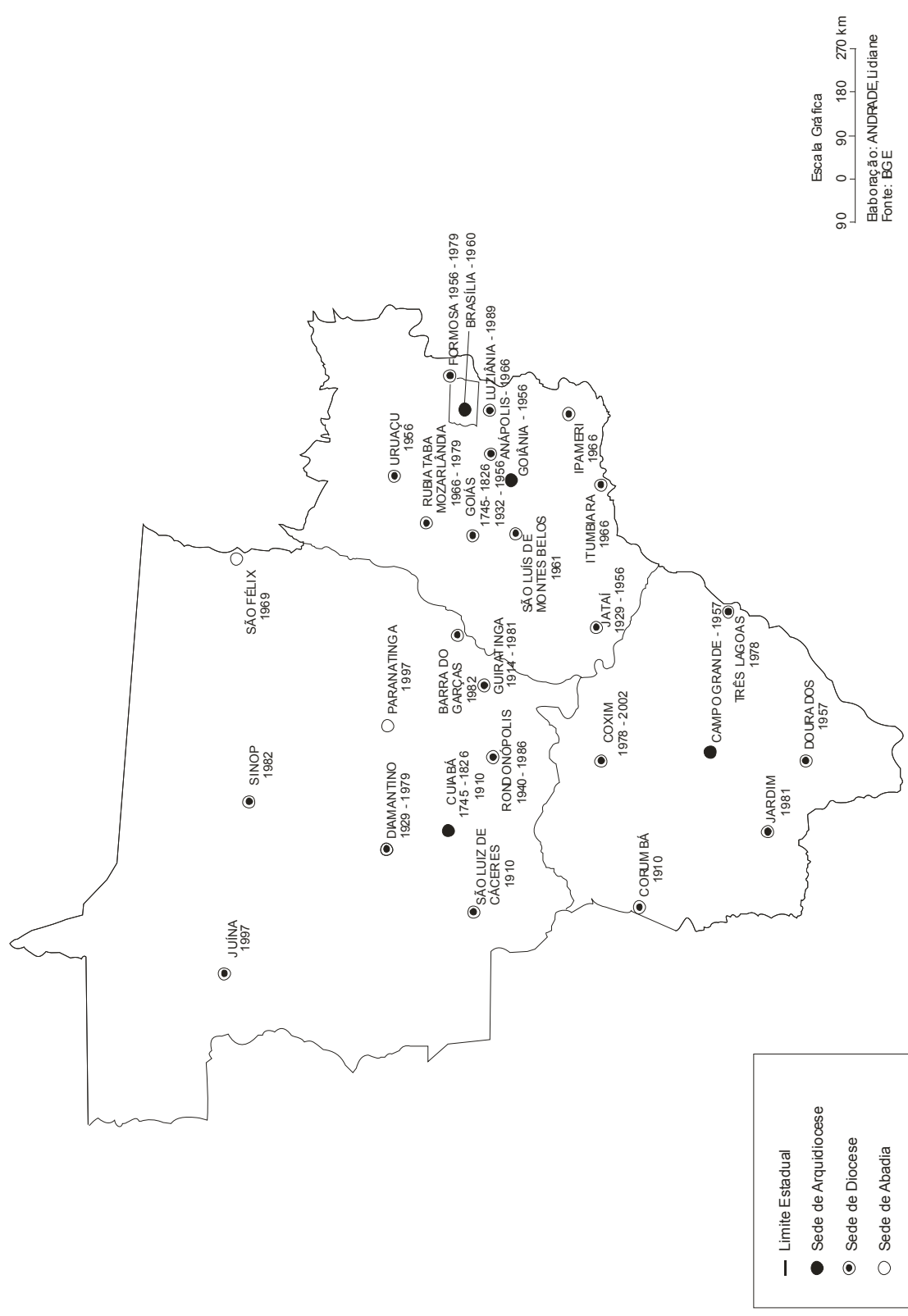
O estabelecimento de tais tempos de difusão e a apresentação dos processos de desmembramentos é de fundamental importância para o entendimento da distribuição espacial dos territórios religiosos analisados. A partir de uma análise mais apurada torna-se possível resgatar os processos responsáveis por sua distribuição na região de estudo.

Neste momento, a periodização e a descrição dos processos de formação dos territórios religiosos torna-se necessário, pois no capítulo seguinte serão tecidas considerações mais amplas, que estarão vinculadas em especial a centralidade estabelecida pelo período. A formação das dioceses será entendida como resultado do contexto e sua relação com a periodização proposta.

O mapa 3 – Distribuição das Arquidioceses e das Dioceses na Região Centro-Oeste Segundo o Ano de Criação – apresenta os anos de criação das dioceses na região de estudo. O entendimento do mesmo auxilia no entendimento da atuação seletiva da Igreja Católica.

Cabe ressaltar que ao escolher suas sedes de dioceses, em seu processo de difusão por hierarquia e por expansão/contágio, a Instituição Católica privilegia com a implantação de dioceses as áreas hierarquicamente mais importantes, quando os territórios religiosos não conseguem administrá-la a contento passam pelo processo de fragmentação, criando, portanto, novos *territórios religiosos*.

MAPA 3: DISTRIBUIÇÃO DAS ARQUIDIOCESES E DAS DIOCESES NA REGIÃO CENTRO-OESTE SEGUNDO ANO DE CRIAÇÃO



Capítulo 3

A Gênese dos Territórios Religiosos na Região Centro-Oeste: a Formação do Primeiro e do Segundo Tempos de Difusão.

Ao iniciar as reflexões acerca da atuação da Instituição Católica na criação de seus centros de difusão, deve-se aproximar das colocações de Corrêa no que tange aos padrões de localização geográfica das cidades, o mesmo enfatiza que,

a localização de cada cidade responde a uma lógica que resulta de necessidades e possibilidades existentes no momento de nascimento da cidade. As necessidades derivam das funções que se espera da cidade, de defesa, de trocas, de produção industrial.

A criação e a difusão dos territórios religiosos, por vezes aproximam-se desta lógica. É perceptível que a criação dos territórios religiosos, neste primeiro momento, está diretamente vinculada aos fatores responsáveis pela criação dos núcleos urbanos. Cabe ressaltar que a análise por ora desenvolvida recai sobre o período de ocupação inicial da área. A gênese da atuação da Igreja Católica na região em estudo inicia-se no ano de 1745. Apresenta-se como o momento inicial da difusão. O desmembramento da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, atual Arquidiocese do Rio de Janeiro, é responsável pela criação de dois territórios religiosos concomitantemente, a Prelazia de Goiás e a Prelazia de Cuiabá.

Por prelazia entende-se um empreendimento criado pela Instituição Católica com a intenção de teste, ou seja, uma área vinculada a uma diocese de importância maior, na qual possui um sacerdote responsável (*Prelado*) e que, futuramente, pode ser transformada, ou não, em uma diocese e, portanto, estar vinculada diretamente ao Vaticano e a CNBB.

A criação destes dois territórios clarifica o papel que a área passa a ter no contexto da América Portuguesa. Diversas foram as lógicas de ocupação desta vasta região, porém a fase inicial do povoamento e a criação da maioria dos núcleos urbanos do período destacado estão diretamente vinculados à mineração e à criação de gado. Estas duas atividades econômicas foram responsáveis pela interiorização e pela intensificação da ocupação da área.

Cabe ressaltar o papel das Bandeiras paulistas que, na busca por conquistas interiores e por metais preciosos, efetivaram o conhecimento e a ocupação da área, contribuindo para a criação de povoados e vilas que tornar-se-iam núcleos urbanos estratégicos, vinculados em especial a economia aurífera. Outra atividade predominante no período foi a pecuária, a mesma desenvolveu-se como atividade complementar a economia aurífera em ascensão, abastecendo-a. O período de expansão desta atividade foi o século XVIII, este período “assinala a descoberta de ricas jazidas, no sítio da atual Cuiabá. Pouco depois, a descoberta das lavras de Goiás, motivaram a fundação do arraial de Santana, depois chamado Vila Boa, atual cidade de Goiás” (IBGE, 1960).

Maia (2002) traz uma análise sobre a formação da prelazia de Goiás e, para tanto, faz um recorte da ação concomitante do catolicismo oficial, marcado pela atuação da coroa portuguesa, e o catolicismo leigo, influenciado pelo culto popular, distante das ordens evangelizadoras como franciscanos, beneditinos, capuchinhos e carmelitas. Neste encontro, o autor tenciona analisar a relação entre a grande área que vinha sendo gradativamente ocupada pelo desenvolvimento da mineração e a falta de organização e organismos da Igreja que pudessem sustentar as necessidades de seus fiéis. Sendo assim, o mesmo relata,

Afora a inexpressiva participação daquelas ordens religiosas, o catolicismo goiano sofreu as consequências de ter estado sob a assistência espiritual da ‘longínqua’ diocese do Rio de Janeiro desde o momento em que as terras dos goyazes foram (re)desbravadas pela bandeira do *Segundo Anhangüera* até o início do século XIX; embora o papa Bento XIV tenha criado a prelazia de Goiás, em 1745, através da Bula *Condor Lucis Aeternae*, na qual demonstrava nítidas preocupações administrativas com aqueles ‘lugares’ que, de tão ‘afastados’, as ‘queixas do povo’ demoravam mais de um ano para serem ouvidas pelo Bispo (Maia, 2002, p.170).

Sabe-se que Mato Grosso e Goiás, hoje Goiás Velho, inseriram-se na economia colonial do período, principalmente após a descoberta das jazidas de ouro e diamantes a partir da atuação

dos bandeirantes paulistas e das “monções”, vistas como as expedições que desciam e subiam os rios das Capitanias de São Paulo e Mato Grosso.

Assim, convém destacar que a posição geográfica, as funções desempenhadas por elas e o crescimento tanto econômico quanto populacional das áreas tornam-nas atrativas e em face da necessidade de melhor administrá-las e controlá-las são criados os primeiros territórios religiosos da região.

Desta forma, a necessidade de implantação destas duas prelazias e, posteriormente, suas elevações ao status de dioceses, justifica-se pelo aumento de importância da área principalmente a partir de sua participação na economia mineradora. A área passa por um crescimento proeminente necessitando, portanto, de uma atuação mais direta da instituição. Assim, Knob relata, baseado em Joseph Barboza de Sá,

Divulgada a notícia pelos povoados, foi tal o movimento que causou nos ânimos que das Minas Gerais, Rio de Janeiro e de toda a Capitania de São Paulo se abalaram muitas gentes deixando casas, fazendas, mulheres e filhos, botando-se para estes sertões como se fora a terra de promessa ou o Paraíso encoberto em que Deus pôs nossos primeiros pais (1988, p.14).

Cabe destacar que diante deste contexto vivenciado no período, a Igreja, em ação administrativa era ineficiente. A criação da prelazia de Goiás e a de Cuiabá foi uma ação burocrática e formal, “não implicou mudanças, de fato, uma vez que as mesmas permaneciam ‘sob o báculo do Rio de Janeiro’”. Alguns autores, entre eles, Maia (2002) aponta para o reduzido e insuficiente número de paróquias, igrejas e capelas que concediam “assistência espiritual” aos fiéis, confirmando a ineficiência da Instituição.

As duas prelazias criadas em 1745 permaneceram como únicos territórios religiosos pertencentes à região até a sua elevação à categoria de Diocese no ano de 1826. Destaca-se que a

elevação hierárquica destas dioceses as torna independentes em relação à diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, sua diocese de origem.

Espacialmente a criação de diocese e o crescimento de seu *hinterland* estão vinculados às funções estabelecidas pela presença da Igreja. Cabe ressaltar que o processo de formação destes dois centros de difusão, a diocese de Cuiabá e de Goiás, corrobora para a existência de duas lógicas distintas de difusão na mesma região. Este padrão é seguido até os dias de hoje. Os desmembramentos e fragmentações que ocorreram e ainda ocorrem na região vêm respeitando a lógica inicial de difusão desses centros. A diocese de Cuiabá, pela lógica de difusão do antigo Mato Grosso, hoje Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e a diocese de Goiás, responsável pela distribuição das dioceses no Estado de Goiás e, em algumas áreas do Tocantins.

No processo de criação e desenvolvimento destes dois territórios religiosos destacamos o processo de formação. Como citado anteriormente, a prelazia de Cuiabá foi criada em 1745, e abrangia toda a Província do Mato Grosso. Assim nos relata Knob (1988, p. 15),

Com a descoberta do ouro surgiram no norte do Mato Grosso as povoações de Cuiabá, elevada à vila em 1727 com a denominação de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, e a Vila Bela da Santíssima Trindade, também chamada Vila do Mato Grosso. Aos poucos, outras povoações foram surgindo. Por isso, em 1748, foi criada a capitania do Mato Grosso e do Cuiabá.

Em 1826 foi elevada à categoria de diocese e, posteriormente, em 1910 foi alçada à categoria de arquidiocese, título fornecido às capitais dos estados. Destaca-se que fatores histórico-geográficos contribuíram para esta ascensão. A economia aurífera influenciou o desenvolvimento da área, “Cuiabá atraía a todos com suas fabulosas jazidas, o povoado crescia desordenadamente até que um dia os veios de ouro começaram a escassear. Cuiabá vinha num declínio desesperado, fazendo com que se acelerassem o seu processo de decadência e

conseqüentemente seu abandono” (SGANZERLA, 1992, p.104). Como a atividade mineradora não mais supria as necessidades da área, houve a necessidade de buscar novas atividades que pudessem novamente elevar a economia da mesma. Neste contexto foi marcante o desenvolvimento tanto da agricultura quanto da pecuária. Outro fato que deve ser citado foi o desenvolvimento de outros centros como Poconé, Cáceres, Corumbá, Parnaíba, entre outros.

A diocese de Cuiabá desde então assume uma centralidade no processo de formação da rede de dioceses da região. Apesar de historicamente sofrer um processo de decadência com a crise da mineração e depois assumir um papel de menor importância na hierarquia urbana regional, o território diocesano continua sendo importante centro difusor de dioceses na região. As discussões acerca deste processo serão trabalhadas com maior ênfase ao abordarmos a seguir a criação da diocese de Campo Grande e a sua elevação à categoria de Arquidiocese, com o desmembramento do antigo estado do Mato Grosso.

Em relação a este processo destaca-se Knob (1988), que salienta a pretensão de desmembramento da porção sul da região em relação ao norte, formando um novo estado. Esta intenção resulta do importante papel da área que com a forte imigração e o desenvolvimento da porção sul, formou dois importantes pólos de convergência: o de Campo Grande, que atuava como centro comercial, viário, militar e estudantil, e o de Dourados, com o papel de centro de vasta e fértil região agrícola. Este fato será abordado especificamente no terceiro tempo de difusão, relacionando-o aos planos de integração da região Centro-Oeste a região sudeste do Brasil.

No contexto goiano, destaca-se o pensamento de Arrais (2002) que propõe uma regionalização ao estado de Goiás. O referido autor apresenta a diferença expressiva entre a porção norte e sul do estado e destaca que “foram muitas as formas encontradas ao longo da

história do estado de Goiás para caracterizá-lo, dividi-lo em regiões” (p.151). Assim, continua sua reflexão e aponta que,

a primeira talvez tenha sido aquela guiada pelas representações de um sertão distante, habitado por índios. Com a descoberta das minas, as representações mudam. A possibilidade de riqueza conduziu para as regiões auríferas do estado de Goiás o aventureiro, como também, após o auge da atividade aurífera o sementeiro. (...) Lentamente a partir do século XVIII, o povoamento no estado ocorre de maneira desigual, seguindo, naturalmente o caminho do ouro. Desse momento em diante, a geografia regional do estado de Goiás não será a mesma. A mineração do ouro, séculos atrás, já afirmava uma diferença expressiva entre o sul e o norte do estado, seja na política fiscal que privilegiou o sul em detrimento do norte, no povoamento influenciado pelos sítios urbanos auríferos de Goiás (1727) (...) e até mesmo nas mentalidades decorrentes da ruralização da vida após a atividade mineratória (p.152).

É possível destacar que Goiás, assim como Cuiabá, foi criada e se desenvolveu a partir da economia aurífera, porém com a crise novas atividades econômicas se destacam. Outro fator a ser iluminado foi a regionalização estabelecida a partir da diferenciação entre a *porção norte*, carente de investimentos, por não ser estratégica aos planos do Estado e a *porção sul*, próxima ao centro econômico do país, a região sudeste e, por isso, favorecida pelos maiores investimentos em infraestrutura.

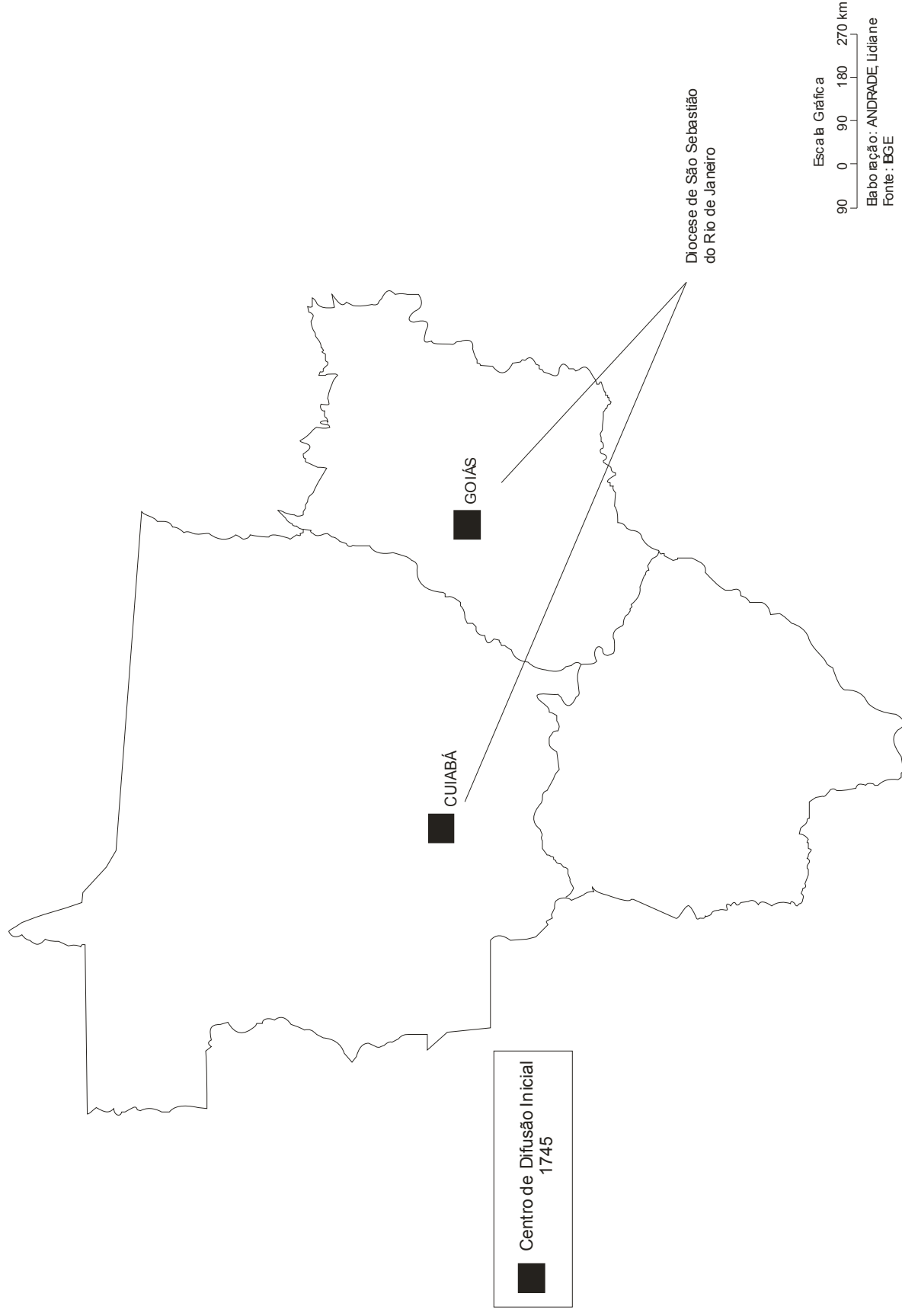
Cabe entender que a formação da cidade de Goiás, hoje Goiás Velho, antiga Capitania de Goiás, esteve totalmente vinculada à economia aurífera e que a sua decadência foi resultado direto da crise da mineração e, posteriormente, de seu atraso em relação às demais áreas inseridas nos planos de modernização da região centro-oeste do século XX. A conjuntura muda e pode-se entender o porquê de sua elevação à categoria de diocese em 1826 e, posteriormente, ao posto de arquidiocese em 1932 e a perda de seu status em 1956, momento em que a Arquidiocese é transferida para Goiânia, resultado do novo centro criado, cuja função de área política e administrativa do estado foi bem delineada.

Destarte, as duas áreas polarizavam economicamente a região, porém com a crise da mineração estas entraram em declínio e a área como um todo sofreu um processo de enfraquecimento, servindo apenas como área de fronteira. A invasão por parte de Solano López, resultante da Guerra do Paraguai, marcou um novo momento de interesse sobre a área. Corumbá, cidade que nasceu de um posto militar, sentinela avançada da América Portuguesa no século XVIII, passa a ter papel de destaque após a invasão ao Forte de Coimbra.

Assim, ressalta-se a análise referente ao estabelecimento dos centros difusores iniciais, Cuiabá e Goiás, dois territórios que até a segunda metade do século XX serão os principais formadores de dioceses na região.

No mapa 4 – Centro de Difusão inicial – e nos próximos mapas de difusão serão apresentados os tempos de difusão e os processos de fragmentação e de desmembramentos ocorridos no período. Nos mapas subseqüentes os territórios criados anteriormente continuarão na projeção concedendo uma visão geral do processo, a confecção dos mapas busca retratar a criação destes territórios religiosos.

MAPA 4: CENTRO DE DIFUSÃO INICIAL



3.1 – O Primeiro Tempo de Difusão: A importância da Navegação Fluvial e da Pecuária

Se a população dos mineiros-garimpeiros era inquieta, deslocando-se constantemente de um lugar para o outro, o mesmo não se pode dizer dos que trabalhavam para alimentar e abastecer as minas: os agricultores e os criadores de gado (NETO, 2002. p. 29).

O item anterior – O Centro de Difusão Inicial: A Importância da Atividade Mineradora – ressaltou a preponderância da mineração na formação territorial da região Centro-Oeste e, por consequência na criação das prelazias de Cuiabá e de Goiás. O presente momento destacará a formação de outros três territórios religiosos: São Luís de Cáceres, Corumbá e a Prelazia de Registro do Araguaia.

Em Urbanização Brasileira, Santos (2005) resalta a criação dos núcleos urbanos no decorrer dos séculos XVIII, o seu desenvolvimento no decorrer do século XIX e sua transformação nos períodos subsequentes até as características de hoje. O mesmo destaca que o período inicial da formação urbana,

tratava-se muito mais da geração de cidades, que mesmo de um processo de urbanização. Subordinado a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e no interior (p.22).

Neste sentido que se observa a formação das cidades pretéritas, onde as mesmas estavam ligadas aos interesses da ocupação do território colonial. Como abordado no item anterior a mineração constituiu-se como o elemento primordial à ocupação territorial, em especial Cuiabá, principal área extrativa. “Cuiabá atraía a todos com suas fabulosas jazidas o povoado crescia, crescia desordenadamente até que um dia os veios de ouros começaram a escassear”

(SGANZERLA, 1992, p.104). Este momento destaca o início do período de crise na principal área de produção aurífera. Assim, houve a necessidade de desenvolver novas atividades econômicas que pudessem suprir a atividade anterior. Destaca-se, em especial, a agricultura de subsistência, a cana-de-açúcar e a estância pastoril. Estas constituem importante forma de ocupação e legitimação do território.

O texto que segue tem como objetivo sublinhar a formação e expansão da área que tem como consequência a formação de novos territórios religiosos católicos. Assim, destaca-se que os dois centros difusores iniciais, Cuiabá e Goiás, foram mantidos como únicos territórios religiosos por quase dois séculos. A Igreja Católica, até então, conseguia conciliar os seus interesses e de seus fiéis, porém, na primeira década do século XX a Igreja Católica cria novos territórios e assim, inicia-se o primeiro tempo de difusão (T1).

Estes desmembramentos marcam uma expansão principalmente sobre os novos pólos dinâmicos da região que são influenciados por outras lógicas organizacionais, em especial, a atividade pecuária e a navegação fluvial, atividades que objetivavam substituir a atividade aurífera em declínio desde o século XIX.

Desta forma, em 1910, foram criadas em concomitância as dioceses de São Luís de Cáceres e de Corumbá, a partir do desmembramento da diocese de Cuiabá. Pouco tempo depois, em 1914, criou-se a prelazia de Registro do Araguaia, também desmembrada da diocese de Cuiabá.

Analisar este tempo de difusão significa descortinar uma área cujo papel estratégico como área de fronteira, limite do poder colonial sobre o território, conferia importância à área. Assim, a ocupação deveria ser induzida a fim de legitimar o domínio sobre o território, estabelecer maior controle e, até mesmo expandi-lo. Contribuem para este entendimento os acordos entre a coroa portuguesa e espanhola, a construção de fortes, a intensificação da navegação e, em tempo

posterior, a instalação de infra-estrutura de transporte como a ferrovia Noroeste do Brasil, no período de 1908 e 1914, para melhor integrá-lo as áreas mais dinâmicas do território.

Corumbá e Cáceres estão, portanto, plenamente adequadas a esta lógica. As duas cidades inserem-se na lógica da coroa portuguesa de defesa da fronteira a oeste a partir da fundação de fortes e povoações que consolidassem a posse e o domínio português (MARIN, 2000). A construção do forte de Coimbra, cuja importância político-militar foi fundamental para a região, a navegação do Paraguai, essencial para promover maior desenvolvimento comercial da região ao constituir-se como via de navegação, de transporte e de desenvolvimento do Mato Grosso e a pecuária, via construção de estâncias pastoris, foram fundamentais por efetivar a ocupação da área e por contribuir para seu crescimento.

Assim, Corumbá, beneficiada por sua situação de porto fluvial, passou a desenvolver destacada função comercial, pois atuava como importante área pastoril da região. O desenvolver de sua história está ligada ao seu papel de área de fronteira, como destaca IBGE (1967),

Até fins do século XVIII as fronteiras das possessões portuguesas e espanholas eram mal definidas. Disso aproveitou-se o capitão Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para, após a violação de tratado de limites pelos espanhóis em 1774, garantir a posse de grande parte da margem direita do rio Paraguai e da esquerda do Guaporé, expandindo o território da Capitania sob seu governo. A 13 de setembro de 1775 lança os fundamentos do porto de Coimbra, cria no ano seguinte o forte Príncipe da Beira e manda ocupar, em 21 de setembro de 1778, o local que hoje constitui a cidade, denominando-o de N. S^a da Conceição de Albuquerque.

Diante de sua posição estratégica, as margens do rio Paraguai, o povoado torna-se interessante aos planos de expansão territorial de Solano López, que ocupou grande parte do sul da Província de Mato Grosso. A Guerra do Paraguai ocorreu entre os anos de 1864 e 1870 e contribuiu para sublinhar a importância da região que deveria ter sua ocupação legitimada. Segundo Innocêncio (1960) “Durante a Guerra do Paraguai se sentiu a gravidade que

representava o isolamento da região e muitos projetos surgiram a fim de serem criadas vias de acesso que teriam ao mesmo tempo caráter político e estratégico”. Estas são as idéias fundamentais na elevação de Corumbá ao status de cidade em 1873 e, posteriormente, a construção de infra-estrutura que agregasse a área às partes mais dinâmicas do sudeste.

A cidade passa por um grande crescimento no momento posterior à Guerra do Paraguai, tem sua função portuária realçada tornando-se importante porto distribuidor de cargas tanto para o movimento de importação como de exportação. Corumbá torna-se centro de conexão de navegação fluvial para os portos de Cáceres, Cuiabá e Porto Murtinho e ainda Assunção, Montevideu e Buenos Aires, tornando-se juntamente com Cuiabá um pólo de influência sobre a porção norte do estado de Matogrosso.

Os planos de integração do período contribuem para o desenvolvimento do transporte ferroviário na região. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil tornou-se importante meio de integração da região com o centro econômico do país, o estado de São Paulo. Juntamente com os cafezais caminhavam as ferrovias como a Sorocabana e a Mogiana, das quais saíram prolongamentos para o Mato Grosso (E.F. Noroeste do Brasil) e para Goiás (E.F. Goiás). Assim, podemos destacar que a economia cafeeira que teve seu auge em final do século XIX e início do século XX foi fundamental para o desenvolvimento da região.

A Ferrovia Noroeste do Brasil alcança Corumbá em 1914, trazendo grande crescimento econômico e comercial para a região. Ela inicia-se no estado de São Paulo, onde tem sua sede localizada em Bauru dirigindo-se para o estado do Mato Grosso. Atravessa as cidades de Campo Grande, Aquidauana, Miranda, até chegar a Corumbá, ponto final de seu destino. O mapa 5 – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – apresenta o seu traçado.

Mapa 5: Estrada de Ferro Noroeste do Brasil



Fonte: IBGE, 1960.

Assim, destaca-se que Corumbá teve seu desenvolvimento facilitado pelos fatores naturais citados anteriormente, como seu papel estratégico na navegação do rio Paraguai e, além disso, por sua posição de ponta de trilhos (CORRÊA, 2003).

Em relação ao desenvolvimento ferroviário, sublinha-se que a mesma não perdeu sua importância, como nos casos em que a expansão ferroviária estacionava e depois de um período prosseguia, por constituir-se, por si só, o ponto final desta ferrovia. Corumbá também desfrutava de grande dinamismo por ser ponto inicial da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia. Cabe neste momento uma observação destacada por Gardin (1999) que aponta Cuiabá como a capital, sede do poder político e Corumbá como a vila florescente do comércio internacional e a porta de entrada nas últimas décadas do século XIX para as vastas terras do Brasil de oeste. O primado em relação à integração da região contribui para seu crescimento e, portanto, a necessidade de maior integração sobre a região.

Em relação à cidade de Cáceres, outro importante núcleo urbano, teve sua fundação ligada a vários fatores, muitos deles comuns à estratégia de ocupação de Corumbá. Pode-se citar: a área de passagem do ouro, a fertilidade de seu solo, resultante das cheias e vazantes do Rio Paraguai, a necessidade de defesa e ocupação da fronteira sudoeste do Mato Grosso e a facilidade de comunicação entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá e, também, ligação a São Paulo pelo Rio Paraguai.

Deve-se ao admirável espírito administrativo de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres 4º Governador, Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, a fundação de Cáceres, à margem esquerda do rio Paraguai. Visando a impedir a evasão de impostos devidos pelos condutores de ouro determinou a instalação de um "registro", o que foi concretizado em 1772, na passagem do rio Paraguai na estrada entre Cuiabá e Vila Bela. Expandia dessa maneira, igualmente, o plano de defesa da Capitania, já iniciado com a fundação de Insua, no Araguaia, Coimbra, no Fecho dos Morros, no rio Paraguai, Príncipe da Beira, no Guaporé, Vizeu, quase em frente à barra do Corumbiara, a meia distância entre o Forte e Vila Bela, e Albuquerque, também no rio Paraguai, hoje a progressista cidade de Corumbá.

A criação do “registro”, posto de controle de arrecadação aurífera, resultou do papel estratégico da área. A sua proximidade às principais áreas de extração de metais preciosos permitia maior controle sobre a circulação do ouro que era extraído e, posteriormente, enviado à metrópole. Seu papel primordial era de conceder suporte à capitania do Matogrosso e alguns anos depois, elevada a sua importância, foi criada a povoação de Vila Maria do Paraguai. Desta forma, “estavam lançados os fundamentos de São Luís de Cáceres, cuidando Luís de Albuquerque, em seguida, de aumentar a população da localidade, determinou várias facilidades a quem desejasse ali fixar residência” (IBGE, 1973). A Vila então se desenvolveu e no ano de 1874 foi elevada à categoria de cidade.

A cidade de Cáceres tem, portanto grande relação com o rio Paraguai. Cidade localizada à margem esquerda do mesmo, possui intensa relação com o rio, pois foi a partir dele que a

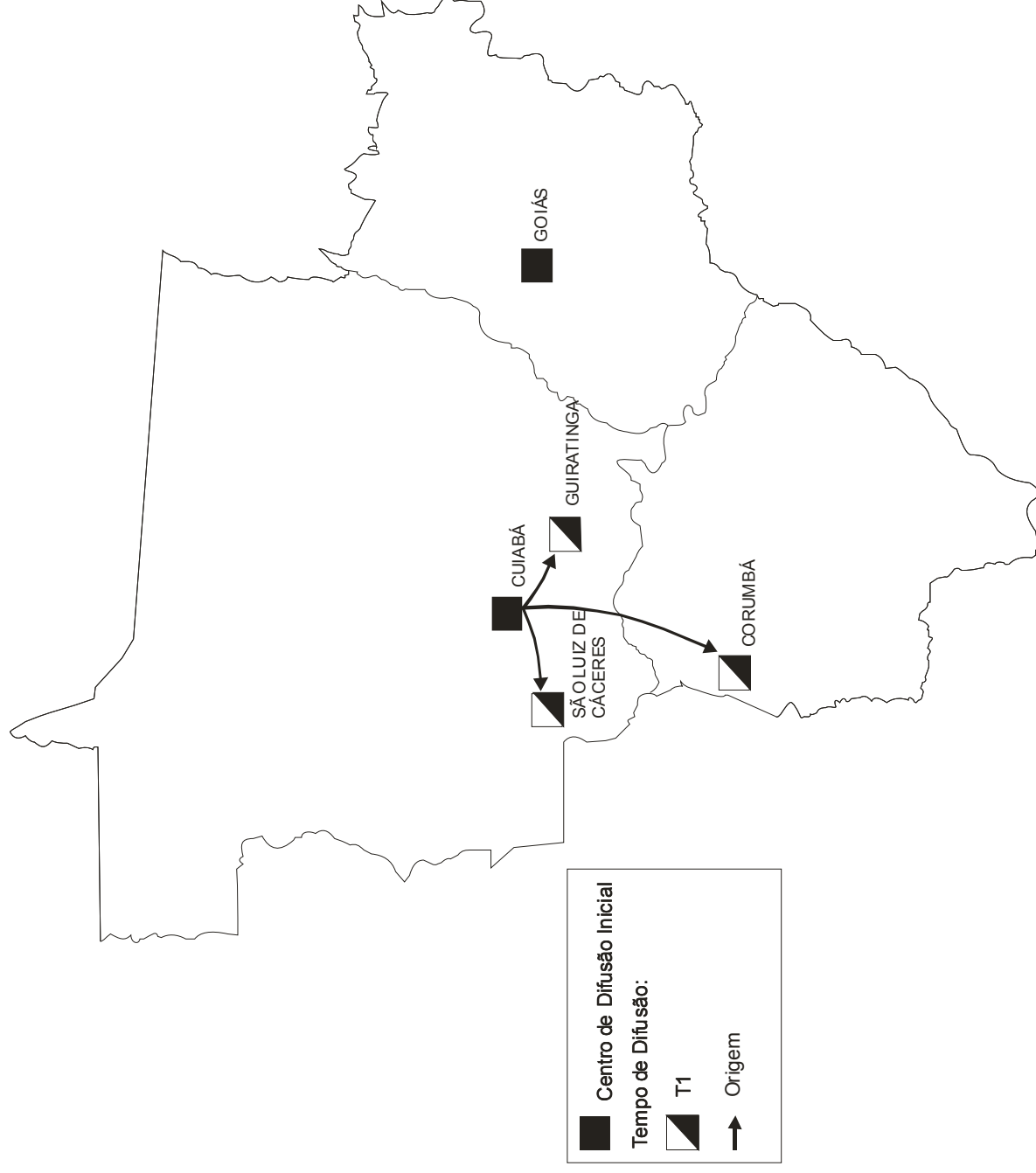
economia de Cáceres, tanto a do período marcado pela economia aurífera quanto o período do desenvolvimento da pecuária, promoveu sua integração aos demais eixos dinâmicos da região, havendo um desenvolvimento das atividades econômicas da região.

Como ressalta Gardin (1999), a criação das duas novas dioceses no estado, Corumbá e Cáceres, vislumbra o desenvolvimento da porção sul do estado. A autora concorda com Corazza, quando o mesmo postula que “prevendo Dom Carlos o surto de progresso que adviria ao sul com a realização da estrada de ferro noroeste, cuja meta era atingir Campo Grande e a fronteira com a Bolívia (...) encaminha à Santa Sé o pedido para o desmembramento da diocese de Cuiabá”. Criase, assim, dois novos territórios religiosos da Igreja Católica no estado.

A cidade de Guiratinga tem sua origem atrelada à ocupação da região originada a partir da atividade garimpeira no leste mato-grossense. O primeiro nome da localidade foi Lageadinho, referência ao córrego de igual nome que avizinhava a povoação, esta área foi basicamente formada por mineiros e goianos. O Anuário estatístico católico aponta que esta diocese teve origem a partir do desmembramento do território religioso de Cuiabá com a formação da Prelazia de Registro do Araguaia, ressalta-se a importância do controle exercido pela localidade, principalmente em função de seu papel estratégico de ligação entre as capitanias de Goiás e de Mato Grosso – posto de arrecadação de impostos localizado às margens do rio Araguaia. Posteriormente a prelazia foi elevada a categoria de diocese no ano de 1981.

Estes são os principais fatores que contribuíram para que, no momento analisado, tais localidades estivessem hierarquicamente superiores a outras e assim possuíssem as características necessárias ao estabelecimento de uma sede de diocese. A seguir, pode-se observar o Mapa 5 - Primeiro Tempo de Difusão - T1 - que destaca o primeiro tempo de difusão perpassado na região.

MAPA 6: PRIMEIRO TEMPO DE DIFUSÃO - T1



3.2 – O Segundo Tempo de Difusão: Os surtos da mineração e o desenvolvimento da Pecuária

O segundo tempo de difusão marca a territorialidade influenciada principalmente por surtos da mineração e pelo desenvolvimento da pecuária. Deve-se destacar que a partir deste momento a lógica de ocupação da região centro-oeste foi modificada, como resultado da alteração dos eixos viários que antes eram pautados na navegação fluvial e que, posteriormente, passam a ter maior desenvolvimento nos transportes terrestres, a exemplo a ferrovia e a incipiente construção das rodovias.

Assim, em 1929, foram criados dois novos territórios religiosos: as prelazias de Diamantino e Jataí, a primeira relacionada à mineração e a segunda ligada à expansão agropecuária.

Os processos de formação destes dois territórios estão vinculados à fragmentação da diocese de Cuiabá com conseqüente criação da diocese de Diamantino e o desmembramento da diocese de Goiás que foi responsável pela criação da diocese de Jataí.

Os dois territórios religiosos acima citados, em princípio surgiram sob a forma de prelazias, porém foram elevadas ao status de dioceses em períodos posteriores, Jataí em 1956 e Diamantino em 1979. Como destacado nos itens anteriores deste estudo e sob a influência de Rosendahl (2002), destaca-se que na maioria dos processos de criação de territórios religiosos e, também, na elevação de seu status existem particularidades que fazem com que determinada área desenvolva uma centralidade e polarize as demais, sendo necessário, portanto, uma maior atenção por parte da Igreja, principalmente a partir do aumento dos consumidores do sagrado. Este tempo de difusão não se afasta desta premissa. O desenvolvimento da mineração, em especial ouro e diamantes, atuou como elemento dinamizador da “vida econômica local, estimulando a

urbanização e mesmo abrindo eixos de penetração que viriam a estimular movimentos de povoamento futuros” (PÓVOA NETO, 1998, p.206). O citado autor apresenta em seu trabalho, “No Caminho das Pedras: itinerários na formação da mobilidade garimpeira no Brasil”, importantes contribuições para o entendimento das frentes de ocupação que atuam sobre a região Centro-Oeste e sua integração à vida nacional, assim, o autor propõe a discussão acerca das frentes de expansão e das frentes pioneiras na região. Deve-se, portanto, salientar que a ocupação influenciada pelo desenvolvimento da mineração contribuiu para que os movimentos de colonização fossem desagregados em correntes diversas que resultaram na formação de núcleos pouco integrados entre si.

Em relação a Diamantino podemos apresentar a crise da produção aurífera, as epidemias e as fugas continuadas de escravos foram responsáveis pelo início de sua decadência, sendo o período contido entre 1826 e 1850 marcado pelo despovoamento da região. Tal fato só é superado a partir da “descoberta das lavras diamantíferas do ‘Gatinho’ (...). De simples ‘corrutela’ o novo povoado cresce rapidamente, transformando-se em próspera Vila, arrebatando à sede municipal o primado econômico e administrativo, formando o município de Alto Paraguai” (IBGE, 1975). Desta forma, o desenvolvimento do povoado e o aumento de sua importância no contexto regional justifica uma atuação mais intensa sobre a área, criando-se assim a prelazia de Diamantino.

O outro território religioso criado durante o referente período foi a prelazia de Jataí. Cabe ressaltar que esta foi a primeira fragmentação da diocese de Goiás. A partir deste momento, a formação de dioceses na região será influenciada por duas lógicas distintas: a centralidade de Cuiabá, que influenciará o estado do Mato Grosso, e a de Goiás, que será responsável pela criação das dioceses no estado e, também, pela formação de dioceses na região do Tocantins, antigo norte goiano. Em relação à formação do estado do Tocantins cabe fazer uma breve

ressalva, influenciado por Assis (2005, p.67), afirma-se que “as regiões norte e sul de Goiás mantinham entre si relações comerciais pouco intensas, o que contribuiu para o distanciamento sócio-político-cultural que resultaria, mais tarde, na criação do Estado do Tocantins”.

A diocese de Jataí foi criada como resultado do crescimento econômico, populacional e urbano da área do “Mato Grosso de Goiás”. Barreira (1997) pontua que a função pecuária teve grande contribuição para a ocupação da região nos finais do século XIX e início do século XX. Afirma que,

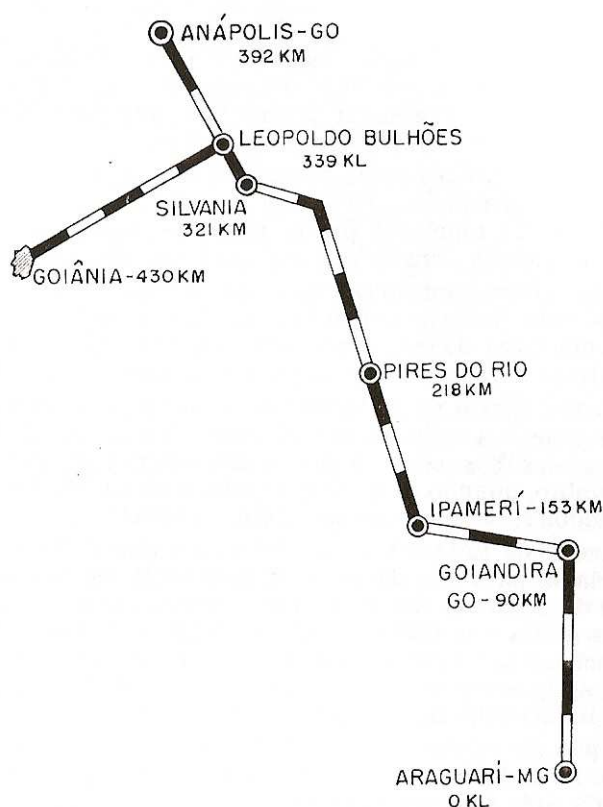
Provavelmente ela fez parte das correntes migratórias que se desenrolaram nas últimas décadas do século XIX e que chegaram a Goiás provenientes do Maranhão, Pará Bahia, Minas Gerais e São Paulo. Estas correntes foram motivadas pela busca de espaço para a criação de gado (p.30).

A região compreende a área pioneira na modernização agropecuária. O início do século XX é marco na construção de infra-estrutura na interligação do centro-oeste à região sudeste, em especial às áreas cafeeicultoras. O Estado, portanto, teve premente função neste momento inicial ao atuar como importante agente no processo de incorporação destas áreas ao processo produtivo capitalista. A construção dos eixos ferroviários: Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que integra Corumbá a Bauru, e a Estrada de Ferro Goiás, que integra a Estrada de Ferro Mogiana, proveniente de Campinas, a Araguari e, posteriormente, às demais cidades goianas.

Há em seguida uma ilustração do traçado da estrada de Ferro que contribuiu para o desenvolvimento agropecuário da região.

Mapa 7: Estrada de Ferro Goiás

ESTRADA DE FERRO GOIÁS



Fonte: IBGE, 1960

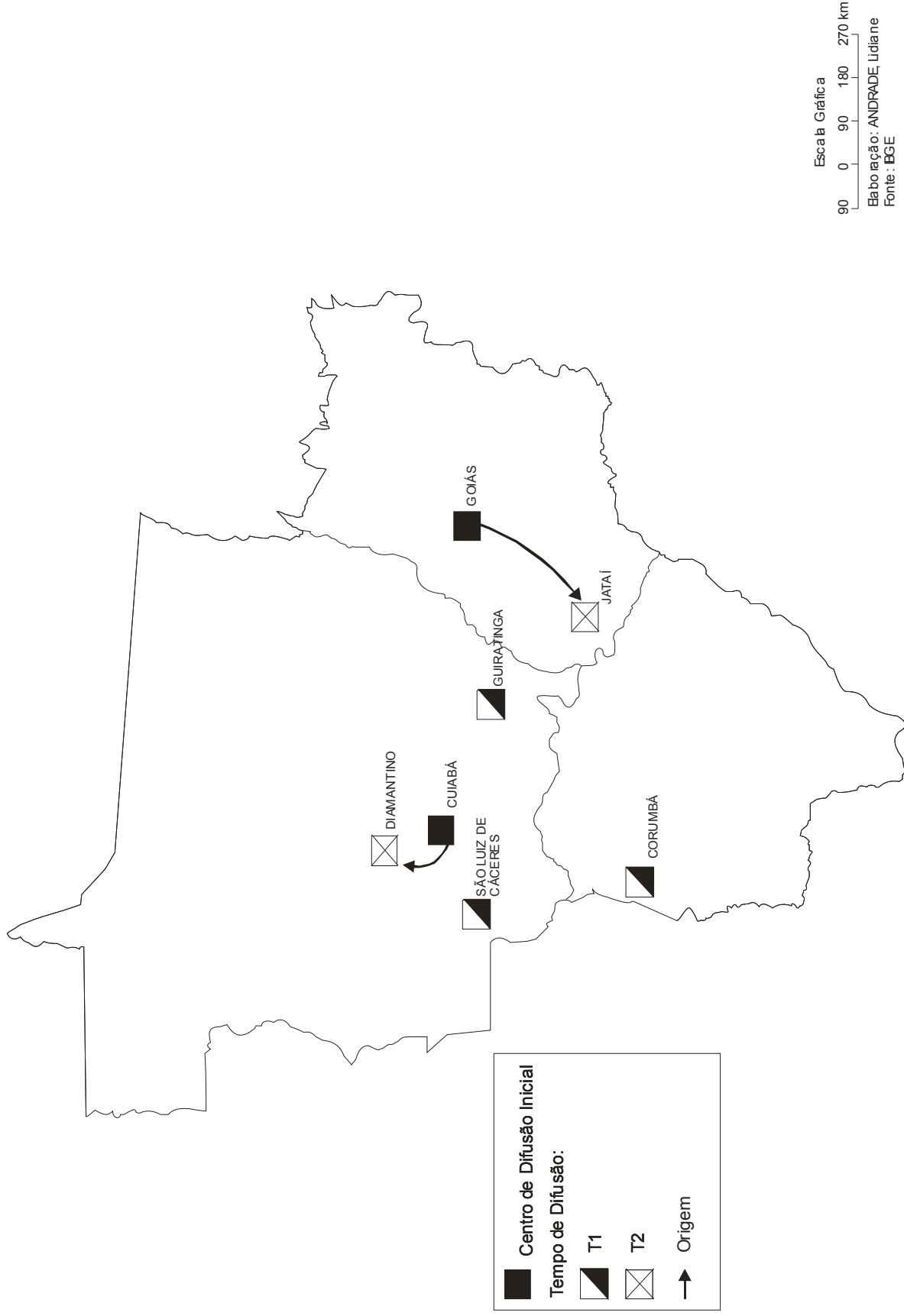
Assim, Barreira (1997, p.22) destaca Barsanufo Gomides que afirma que “com a penetração da ferrovia (...) a agricultura do sul do estado inseria-se na economia de mercado, se modernizando e se organizando em bases capitalistas”. Assim, estas atuações traçam as bases para o desenvolvimento do Centro-Oeste e sua incorporação às áreas mais dinâmicas do Brasil. Tende-se, assim à expansão das frentes de ocupação da região.

Sobre este aspecto Arrais (2002, p.152) pontua que “o sul do estado, pela proximidade com a região de São Paulo, centro econômico do país, mostrou-se, no final do século XIX, mais

receptivo às novas formas de produção do Sudeste do País”. A referida constatação fortalece o argumento de que a atuação da instituição católica em seu processo de difusão segue as lógicas inerentes ao processo de ocupação e de desenvolvimento econômico e demográfico. Nas décadas seguintes, os tempos de difusão serão norteados pela criação de sucessivos territórios religiosos no estado de Goiás. O próximo item – Terceiro Tempo de Difusão: Os Planos de Integração do Centro-Oeste – concederá maior atenção a este tema.

No mapa 8 – Segundo Tempo de Difusão – T2 –, apresenta-se o segundo tempo de difusão ocorrido na região.

MAPA 8: SEGUNDO TEMPO DE DIFUSÃO - T2



Capítulo 4

A Integração da Região Centro-Oeste ao Território Nacional: a Formação do Terceiro e do Quarto Tempos de Difusão

O quarto capítulo ressalta a importância da atividade agropecuária na formação da região e, portanto, na criação de seus territórios religiosos. Há de se ressaltar que o período posterior à década de 30 contribuiu para a integração da região aos centros dinâmicos da região sudeste e ao delineamento de suas fronteiras político-administrativas.

É premente a criação e a disseminação de infra-estrutura, como o sistema ferroviário e rodoviário, o aumento da população, resultado do processo de migração inter-regional, e a criação de novos centros urbanos. Neto (2002), em seu artigo – O Território Goiano: Formação e Processo de Povoamento e Urbanização – faz uma breve revisão da construção do território goiano, o mesmo podendo ser, de certa forma, apropriado ao contexto da formação da região centro-oeste. Neste trabalho o autor destaca três períodos importantes: a mineração no século XVIII; a atividade agropastoril, suporte às minas, e; os caminhos, embrião das rodovias posteriormente construídas, que se tornam fundamentais à integração e à articulação espacial do território. Ressalta-se, neste contexto, que o principal fator de povoamento e urbanização do território, da década de trinta até os dias de hoje ainda é a atividade agropastoril.

Desta forma, a organização deste capítulo segue esta lógica. A intensificação da integração territorial da região Centro-Oeste à área *core* do país e o desenvolvimento da agropecuária. O item 4.1 – Terceiro Tempo de Difusão: As Bases para a Integração do Centro-Oeste – e o item 4.2 – Quarto Tempo de Difusão: A Expansão da Fronteira de Valorização Agrícola – terão como gênese a expansão da fronteira do capital sobre a região.

Assim, destaca-se Neto (2002, p.30) ao discutir a formação goiana,

Não há quase nada por aqui que não tenha relação com a atividade agropastoril. E se ela não foi, por exemplo, o fator inicial de origem desta ou daquela cidade, sem dúvida foi o que deu, em seguida, sustentação ao seu crescimento e à sua economia.

Inicia-se assim a análise do terceiro e do quarto tempos de difusão, sublinhando a intencionalidade da Igreja Católica ao construir seus territórios religiosos, as dioceses.

Ressalta-se que, diante da grande quantidade de territórios religiosos formados durante o período em destaque, não será objetivo da pesquisa analisar os fatores individuais que contribuíram para a formação das dioceses. Será objetivo central analisar o processo geral que contribuiu para a formação dos mesmos.

4.1 – Terceiro Tempo de Difusão: As Bases para a Integração do Centro-Oeste

O terceiro tempo de difusão configura-se como o mais intenso, ou seja, responsável pela formação de um número maior de dioceses. O recorte proposto pela pesquisa relaciona-o ao período compreendido entre a década de 40 e os anos 70. Cabe ressaltar que o presente e o próximo tempos de difusão abordados contribuem para a formação de grande parte dos territórios religiosos da região de estudo.

Como ressalta Guimarães (1977, p.329) ao analisar o sistema urbano da região, salienta-se que “a Região Centro-Oeste vem, desde a década de 40, participando do processo de urbanização generalizado do País”. A urbanização estava, portanto, associada ao desenvolvimento econômico e demográfico da região resultado do desenvolvimento das práticas agropecuárias e de comércio, aos planos de integração territorial capitaneados pelo Estado, resultantes da construção da rede de transportes, a maior integração à região Sudeste e às políticas governamentais que concediam subsídios a essas iniciativas.

Inicialmente, pode-se afirmar que este momento marca a maior atuação da Igreja sobre a região. Considerando o papel do Estado, cujo objetivo principal era integrar a área ao centro dinâmico do país, houve um avanço na infra-estrutura regional e uma expansão tanto econômica

quanto demográfica, tal fato influencia diretamente na atuação da Instituição Católica. Seu papel foi fortalecido à medida que o processo de ocupação resultante das migrações inter-regionais estava sendo intensificado e seria, portanto, necessária uma maior presença nestas áreas.

Há de se ressaltar que a região passou, no período proposto pelo tempo de difusão, por um processo de integração às relações capitalistas em território nacional. Como ressalta Duarte (1988), a região encontrava-se na década de 40 à margem do processo de acumulação capitalista, verificado principalmente no estado de São Paulo. Porém, durante o Estado Novo, o poder central tentou induzir a abertura do Centro-Oeste ao mercado nacional diante do processo de colonização oficial e do estabelecimento das colônias agrícolas, que auxiliaram no processo de ocupação. Serão estas considerações que nortearão este tempo de difusão.

Entender a região Centro-Oeste deste período significa questionar-se acerca da expansão da fronteira agropecuária. Assim, cabe um adendo quanto à característica do processo de avanço destas frentes de ocupação: as frentes de expansão e as frentes pioneiras. A primeira vinculada à expansão demográfica, associada à apropriação da terra pela posse, tendo como característica a formação de núcleos desarticulados e a descontinuidade espacial e; a segunda, traduzida pela expansão da fronteira econômica, cujas relações intensamente capitalistas contribuem para a maior integração do espaço (MARTINS, 1971).

Povoa Neto (1998, p.191), apresenta que “no século XX, o Centro-Oeste foi a região mais visada por expedições, pela criação de núcleos de colonização e pela produção de relatos a respeito da incorporação dos sertões à vida nacional”. Este momento pode ser formalmente remarcado a partir da década de 40 quando houve a expansão sobre áreas formadas a partir do processo de povoamento anterior, áreas ligadas ao desenvolvimento da mineração e da pecuária que visava abastecer as áreas mineradoras.

Fundamental a este processo são as iniciativas do Estado. A migração oficial foi estimulada pela propaganda oficial, a “Marcha para Oeste”, presente no governo Vargas, a partir da criação de Colônias Agrícolas Nacionais e, posteriormente, a implementação das ferrovias, que já vinham sendo criadas, e das rodovias, em formação e expansão.

Segundo Arrais (2002, p.152),

A localização privilegiada do estado de Goiás o tornou, em diferentes períodos do século XX, alvo de políticas territoriais nacionais. A Marcha para o Oeste, a edificação de Goiânia, os projetos de colonização federal, o Plano Rodoviário Nacional, seguido da construção de Brasília, da criação do Estado do Tocantins, entre outros eventos, demonstram a importância desse território do ponto de vista de uma política voltada para a integração nacional.

O presente texto está organizado objetivando destacar a atuação destas políticas territoriais de integração e, assim, considerar a atuação católica sobre a região ao criar seus territórios religiosos.

Um dos pontos a serem destacados foi a formação dos eixos de transportes. Os mesmos tornam-se fundamentais ao desenvolvimento da região Centro-Oeste, pois a partir do momento em que as grandes artérias (rodovias) foram sendo criadas, aumentavam as possibilidades de integrar as distantes e diferentes regiões do país. Comunga-se com Barreira (1997, p. 25) que destaca que “as relações inter-regionais conheceram uma nova configuração pela articulação dos sistemas rodoviários federal, estadual e municipal, além da complementação da antiga malha ferroviária do país (em parte expandida e reaparelhada pelo Plano¹¹)”.

Faz-se necessário destacar o papel da ferrovia e da rodovia no processo de integração e, portanto, a interligação do espaço econômico do Brasil. Assim, a implementação da ferrovia e da rodovia torna-se fundamental a este processo.

¹¹ Barreira refere-se ao estabelecimento do Plano de Metas na década de 50 por Juscelino Kubitschek. A autora responsabiliza o plano de governo pela integração do território goiano, em especial o sul de Goiás.

Em relação ao estabelecimento da ferrovia, Neto (2002) traz a contribuição de Barsanufio Gomides Borges que a aponta como o primeiro meio de transporte e comunicação moderno que atuava como via de integração da economia regional à economia capitalista em expansão no país. Como relatado no item 3.1 – O Primeiro Tempo de Difusão: A importância da Navegação Fluvial e da Pecuária – o estabelecimento da ferrovia contribuiu para o maior dinamismo da região. Porém, tal atuação não se iguala ao papel desempenhado pelo plano de metas e o estabelecimento dos eixos rodoviários na região. A atuação da ferrovia foi muito reduzida se comparada à extensão territorial da região. As estações ferroviárias ficavam restritas aos núcleos que estabeleciam alguma centralidade na região, segundo Neto (2002), a expansão ferroviária sobre a região constituía-se de certa forma como “tão traumática quanto revolucionária” (p.33), pois as oligarquias regionais conservadoras eram contrárias a esta expansão, pois temiam as mudanças que poderiam ser feitas.

Ao consultar os mapas das ferrovias da região fornecidos no segundo tempo de difusão, destacam-se importantes centros que se desenvolvem em função do estabelecimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e da Estrada de Ferro Goiás. A cidade de Anápolis, importante eixo ferroviário, passa a ter papel de destaque, pois a localização geográfica e a disponibilidade de transporte possibilitaram o seu desenvolvimento como entreposto comercial, em especial para o “Mato Grosso de Goiás”¹² e para o norte goiano.

¹² Como “Mato Grosso de Goiás” entende-se a área de ocorrência do cerrado, presença da floresta estacional decidual, em que houve a expansão da frente pioneira que se estende pelo sudoeste e centro-sul de Goiás, a partir de Anápolis. Faissol (1952) e Waibel (1958) a apontam como área fracamente ocupada até a década de 1940, porém, contextualizando historicamente o processo, a “Marcha para o Oeste” auxilia a intensificação de sua ocupação, principalmente a partir da criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), em 1941. Os processos migratórios são fortalecidos e esta área torna-se densamente ocupada, resultado da expansão das correntes migratórias e produtivas, consequência do processo de modernização agrícola. Cabe ressaltar que a década de 70 será o momento em que esta área sofrerá influência ainda maior da modernização e da expansão agrícola como relata IBGE (1989).

Assim destaca Pinto (1960, p. 325), no que tange ao papel estratégico estabelecido por Anápolis, “considerando a função comercial e econômica, as importantes ligações ferroviárias que efetua entre o Norte e o Sul e as rodoviárias em sentido contrário, Anápolis é de fato o mais importante centro regional do Estado, e talvez da região”. A cidade de Anápolis é, portanto, influenciada por seu papel de ponta de trilhos e, posteriormente, pelo desenvolvimento rodoviário da região, a partir do estabelecimento da rodovia Belém-Brasília estabelecendo importante papel como centro comercial da região, alongando-se na direção norte pelas bacias dos rios Araguaia e Tocantins e pelo sudoeste maranhense e pelo planalto ocidental baiano. Comunga-se com Guimarães que pontua a sua centralidade a destacar que (1977, p.337),

a posição de Anápolis é, ainda, reflexo da condição que desfrutou, durante algum tempo, de ‘ponta de trilho’ da ferrovia que serve o Estado de Goiás e da sua localização de uma importante área agrícola regional – o ‘Mato Grosso de Goiás’ – cujo progresso gerou a necessidade do desenvolvimento paralelo de uma indústria de transformação e beneficiamento da produção, para comercialização, a qual se concentrou em Anápolis.

Cabe ressaltar que a difusão dos transportes ferroviários que atinge as principais cidades a partir da década de 30 integra-se para estimular o crescimento da região. Diante do papel exercido por Anápolis e seu crescimento acelerado, a mesma tem um considerável crescimento populacional que contribui para a implantação de uma diocese no ano de 1966.

A apresentação do desenvolvimento de Anápolis, apesar de não ser a primeira diocese criada no período proposto, resulta da preocupação em estruturar o presente item a partir dos principais fatores responsáveis pelo desenvolvimento da região, como a ferrovia constitui-se como um destes fatores, Anápolis, cidade intensamente influenciada pela mesma, recebe destaque.

Outro ponto a destacar é o desenvolvimento das rodovias. Segundo Neto (2002, p.21), introduzem “mais fluidez e permeabilidade em uma região até então praticamente ilhada entre um longínquo, e difícil, litoral a ser atingido (Belém e Salvador, principalmente) e um sul distante política, administrativa e espiritualmente”. Sob a mesma ótica destaca Chaul (1988), ao enfatizar o papel das rodovias no desenvolvimento da centralidade estabelecida por Goiânia, o autor afirma que “todo o conjunto de estradas de rodagem veio a se somar às estradas de ferro inserindo, cada vez mais, Goiás na economia de mercado” (p.26).

A construção das rodovias torna-se, portanto, fundamental aos planos de integração da região. Cabe salientar que esta medida está diretamente vinculada à criação de Goiânia e Brasília, duas importantes capitais planejadas para ressaltar o papel da região Centro-Oeste ao desenvolvimento das frentes pioneiras agrícolas que necessitavam desta infra-estrutura para seu crescimento. Como ressalta Innocêncio (1960),

o progresso alcançado pelas rodovias na região Centro-Oeste (...) decorre justamente da maneira como evolui a economia regional através de inúmeras frentes pioneiras, muito distanciadas uma das outras mas que necessitavam ser alcançadas rapidamente, a fim de não permanecerem isoladas

É esta importância estratégica que também ressalta Neto (2002, p. 32), ao destacar que,

A estrada é o primeiro e talvez o principal elemento de sustentação econômica do espaço. Dentre todas as vias de comunicação ela não é apenas a mais antiga, mas também a mais flexível, ‘leve’ e polivalente. Dá passagem a tudo e a todos, a pé ou em montaria. A estrada, contudo, não é apenas traçado e abertura, é também a manutenção. Ela é um organismo vivo, por isso raramente sobrevive isoladamente. Ao contrário se articula, se comunica, como os fios de uma mesma rede, como artérias de um mesmo corpo, com outras estradas.

Assim, sublinha-se que as rodovias passaram a ser um instrumento para a conquista interna do território nacional e, neste sentido, a região Centro-Oeste passa a se destacar. Os

principais núcleos urbanos, de certa forma, aproximam-se da lógica do desenvolvimento do setor primário e, sobretudo, da expansão rodoviária perpassada pelo estado.

Como destacado anteriormente, o desenvolvimento dos eixos de transportes contribuiu para a formação de dois importantes centros regionais. Sublinha-se, portanto, a importância de Anápolis e Goiânia. Ambas configuraram-se como importantes centros de ligações ferroviárias e rodoviárias, respectivamente entre o sul e o norte do estado de Goiás. Outra contribuição resultante da expansão dos eixos de transporte foi o papel estabelecido por Rondonópolis que diante de sua posição de entroncamento rodoviário passa a exercer uma centralidade na região, acusando elevado crescimento demográfico. Seu papel estratégico será ainda mais iluminado com a expansão do complexo da soja sobre a região, em especial, na década de 70¹³. A partir de 1930, tornou-se efetiva a ocupação das terras de Rondonópolis, tendo seu início em 1939 e sua intensificação na década de 40, com a chegada de novos migrantes, a exemplo os baianos, os paulistas e os mineiros, tendo em vista a construção e estabelecimento da rodovia Cuiabá - Campo Grande. Desta forma, diante de seu papel estratégico e de seu crescimento econômico e populacional, a Igreja Católica constitui o primeiro território religioso pertinente ao terceiro tempo de difusão, a prelazia de Rondonópolis, que posteriormente foi elevada à categoria de diocese no ano de 1986.

A região Centro-Oeste constitui-se como extremamente dinâmica em seu processo de formação. As atuações do Estado que objetivavam a integração da região Centro-Oeste ao dinamismo do sudeste brasileiro foram responsáveis pela criação de novas capitais, a exemplo: Goiânia, Brasília e Campo Grande.

¹³ BERNARDES, Júlia Adão. As estratégias do Capital no Complexo da Soja. In: Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território, 2005 e SILVA, Carlos Alberto Franco da. Grupo André Maggi: Corporação e Rede em Áreas de Fronteira, 2003. A leitura dos dois contribui para o entendimento da expansão da fronteira agrícola e das transformações perpassadas pela agricultura brasileira tendo como *locus* a região Centro-Oeste contribuindo para a estruturação e reestruturação da região.

A partir deste momento será concedida atenção especial ao processo de formação destes novos núcleos urbanos ressaltando que os mesmos estão imbricados nesta lógica de integração territorial.

Inicia-se a análise ao considerar o processo de formação de Goiânia. A escolha de seu sítio responde a fatores estratégicos, resultado dos embates de uma oligarquia vinculada aos interesses da antiga capital, *Goiás Velho*, e uma progressista elite ansiosa pela transferência da capital. Destaca-se, assim, o conflito entre os Caiado, família que detinha o poder na antiga capital, e Pedro Ludovico, representante da classe progressista da região. Tal embate é bem representado em Chaul (1988), *a Construção de Goiânia e a Transferência da Capital*¹⁴.

A década de 30 representa o período de construção e transferência da capital. A mudança da Capital do estado de Goiás resultou da necessidade de localizá-la de acordo com os interesses econômicos e sociais dos municípios goianos. A primeira capital goiana, Goiás, tinha sido escolhida quando a ainda Província respondia aos interesses da economia aurífera. Posteriormente, à medida que a atividade aurífera entrou em declínio e foi substituída pela pecuária, outra centralidade passa a ser estabelecida: a criação do gado e a agricultura passaram a ser fatores preponderantes no desenvolvimento da região e a antiga capital não mais completava aos interesses almejados, justificando assim a alteração do sítio da capital do estado.

Assim, Goiânia, construída durante a revolução de 1930, representava uma ruptura com um passado sóciopolítico arcaico e atrasado. Segundo Neto (2002, p. 34), “a capital era, então, o símbolo de que os ideais de modernidade da Revolução de 1930 necessitavam. Ademais, com a construção de Goiânia, o Brasil começava a voltar as vistas para o interior do seu território”. Chaul (1988, p.66) considera importante apontamento de Couto Magalhães ao afirmar que

¹⁴ “De um lado, estavam as aspirações do Sul e do Sudoeste; do outro, o círculo vicioso que consistia em serem sempre os mesmos os políticos comandados por Antonio Ramos Caiado escolhidos para as chapas eleitorais, gerando conflitos cada vez maiores entre o grupo caiadista e os políticos do Sul e Sudoeste” (CHAUL, 1999, p.30).

“Goiás não só não reúne as condições necessárias para uma capital, como ainda reúne muitas para ser abandonada”. Este é o argumento que embasa a construção de Goiânia.

O dinamismo da porção Sul e Sudoeste do estado, influenciado pelo desenvolvimento da agropecuária, auxiliaram na intensificação dos fluxos entre a área, o Triângulo Mineiro e, e em especial São Paulo, contribuindo para a sua criação. A idéia central era, portanto, deslocar o centro do poder político para perto das regiões economicamente mais dinâmicas do país. A construção da capital contribuiu para a aceleração da expansão capitalista sobre a região.

Os embates políticos da criação da nova capital e da perda de capitalidade da cidade de Goiás avançam para o campo da fragmentação dos territórios religiosos da Igreja Católica. Em 1956, foi criada a arquidiocese de Goiânia, reduzindo o papel da antiga arquidiocese – Goiás – ao papel de diocese.

Cabe ressaltar que o terceiro tempo de difusão será marcado pela criação de territórios religiosos nas importantes cidades da região, em especial nas influenciadas pela expansão capitalista representadas seja pela expansão da fronteira agrícola, seja pela construção de infraestrutura como rodovias e colônias agrícolas.

Neste ínterim, destaca-se o papel de Uruaçu, distrito criado em 1922 sob a denominação de Sant’Ana, que alcança sua emancipação política em 1931 e muda seu topônimo em 1953 para Uruaçu. Observa-se que a cidade experimentou grande crescimento com a construção da BR-153, a rodovia Belém-Brasília. Guimarães (1977) ilumina o papel da cidade de Uruaçu ao apresentar que ao lado das novas cidades, criadas a partir da expansão das atividades agrícolas, passam a destacar-se também as cidades mais antigas que são reativadas devido à abertura de vias de longo alcance e que, portanto, são influenciadas pelo grande crescimento demográfico.

A expansão capitalista foi resultado da influência do estado de São Paulo sobre a região a partir de sua atuação direta sobre a região centro-sul de Goiás, contribuindo a fim de aumentar a

infra-estrutura e diversificar suas funções urbanas, algumas iniciando e outras intensificando seu crescimento. A cidade de Formosa traduz este momento comportando-se como centro sub-regional, assim como aponta Guimarães (1977) ao apresentá-la como área responsável pela coleta, beneficiamento de produtos agrícolas, distribuidora de bens e serviços para áreas do entorno. Neste momento, cria-se a diocese de Formosa no ano de 1956 como resultado, em especial, do crescimento vivenciado pela área.

Outra área de destaque na região passa a ser o estado do Mato Grosso do Sul. As frentes de ocupação e a atuação do Estado contribuem para este crescimento. Neste sentido, a primeira metade do século XX compreende ao desenvolvimento do sul do antigo Mato Grosso, que na década de 70 fragmenta-se e forma o estado do Mato Grosso do Sul¹⁵. Neste ínterim, destaca-se a cidade de Campo Grande e Dourados, as duas compreendendo a importantes centros econômicos e comerciais.

Como destacam Guimarães (1977) e Gardin (1999), Campo Grande tem seu crescimento vinculado ao estabelecimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que promove sua integração ao estado de São Paulo. Desta forma, a forte imigração e o desenvolvimento da porção sul contribui para a formação de dois importantes pólos de convergência: Campo Grande, centro comercial, viário, militar e estudantil, e; Dourados, área fértil, o “Mato Grosso de Dourados”, vinculada à expansão agrícola.

Cabe ressaltar que, a partir da década de 40, as cidades passam por grande crescimento: Campo Grande desenvolve-se cada vez mais a partir de obras públicas de infra-estrutura e embelezamento e Dourados passa a destacar-se cada vez mais a partir da fundação da Colônia

¹⁵ A lei complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, formou o estado do Mato Grosso do Sul cuja capital ficou estabelecida na cidade de Campo Grande.

Agrícola Nacional de Dourados e da construção da BR-163, promovendo maior integração intra-regional e inter-regional, em especial, à região sudeste.

Assim, o ano de 1957 representa a elevação das duas cidades à condição de diocese. Campo Grande a partir da fragmentação das dioceses de Corumbá e Guiratinga, sendo elevada à condição de arquidiocese em 1978, e Dourados criada como diocese a partir do desmembramento de Corumbá, já visto anteriormente.

A arquidiocese de Brasília tem uma função muito importante, como ressaltado no segundo capítulo, pois responde diretamente ao Vaticano. Sua criação estava em consonância com os planos governamentais de integração territorial, pois ao transferir a capital político-administrativa para o interior do Brasil, fez-se necessário criar um novo território religioso. Sublinha-se que a interiorização da capital visa alcançar alguns objetivos, como destaca Pinto (1960, p.375): “a) a nova capital localizada no interior do país, não será apenas um Centro político-administrativo; b) mas também um centro de colonização; c) e irradiação econômica em direção ao Grande Oeste”. O processo de interiorização da capital foi, portanto, sustentado pela construção de infra-estrutura que pudesse integrá-la aos demais centros político-econômicos do Brasil, cumpre então fazer referência ao Plano rodoviário Nacional, responsável pela integração da mesma a um extenso número de cidades.

O referente momento ilumina a aproximação do Centro-Oeste ao dinamismo da região sudeste brasileira, em especial São Paulo. Porém o período por ora apresentado corrobora para a construção das bases para a integração, Duarte (1988, p.17) destaca que na década de 60 “a região Centro-Oeste ainda não era uma região consolidada no desenvolvimento capitalista nacional. A região era conceituada como um espaço de transição entre o desenvolvimento capitalista consolidado no sudeste e a emergente fronteira de recursos da Amazônia”. O período que segue, o quarto tempo de difusão, sublinhará os processos de integração responsáveis pelas

transformações na estrutura do espaço regional e na nova conceituação do Centro-Oeste, que passa a ser entendida como área de expansão da fronteira agrícola e, portanto, avanço da expansão espacial do desenvolvimento do capitalismo paulista.

Neste sentido é possível destacar a formação de outros territórios religiosos, a saber: São Luís dos Montes Belos, Rubiataba-Mozarlândia, Ipameri, Itumbiara e São Félix, todos criados no período que compreende a década de 60. A criação destes territórios religiosos deve ser entendida, assim como na grande maioria dos territórios religiosos citados anteriormente, associado ao crescimento econômico e demográfico pela qual a região passava. O desenvolvimento da infra-estrutura e a intensificação dos processos migratórios contribuem para um aumento de importância da área e, para tanto, uma atuação mais direta e orientada da Igreja Católica na constituição de novos territórios religiosos, potencializando sua atuação.

Torna-se pertinente a observação de Silva (2003) que pontua a expansão da agricultura sobre a região Centro-Oeste no período que tange desde a década de 30 até a década 60, em especial, no extremo sul do Mato Grosso e no sul e sudeste de Goiás, relacionando-o à expansão da fronteira do capital. Assim, o autor aponta que,

Essa expansão da fronteira agrícola em direção às terras do oeste brasileiro era parte integrante da extensão da fronteira urbana do país, cujos centros hegemônicos se localizavam nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. A abertura de colônias agrícolas já pressupunha uma divisão territorial do trabalho entre a Região Sudeste, mais urbanizada e industrial, e a Região Centro-Oeste, predominantemente agrícola e com baixa densidade demográfica (SILVA, 2003, p. 184).

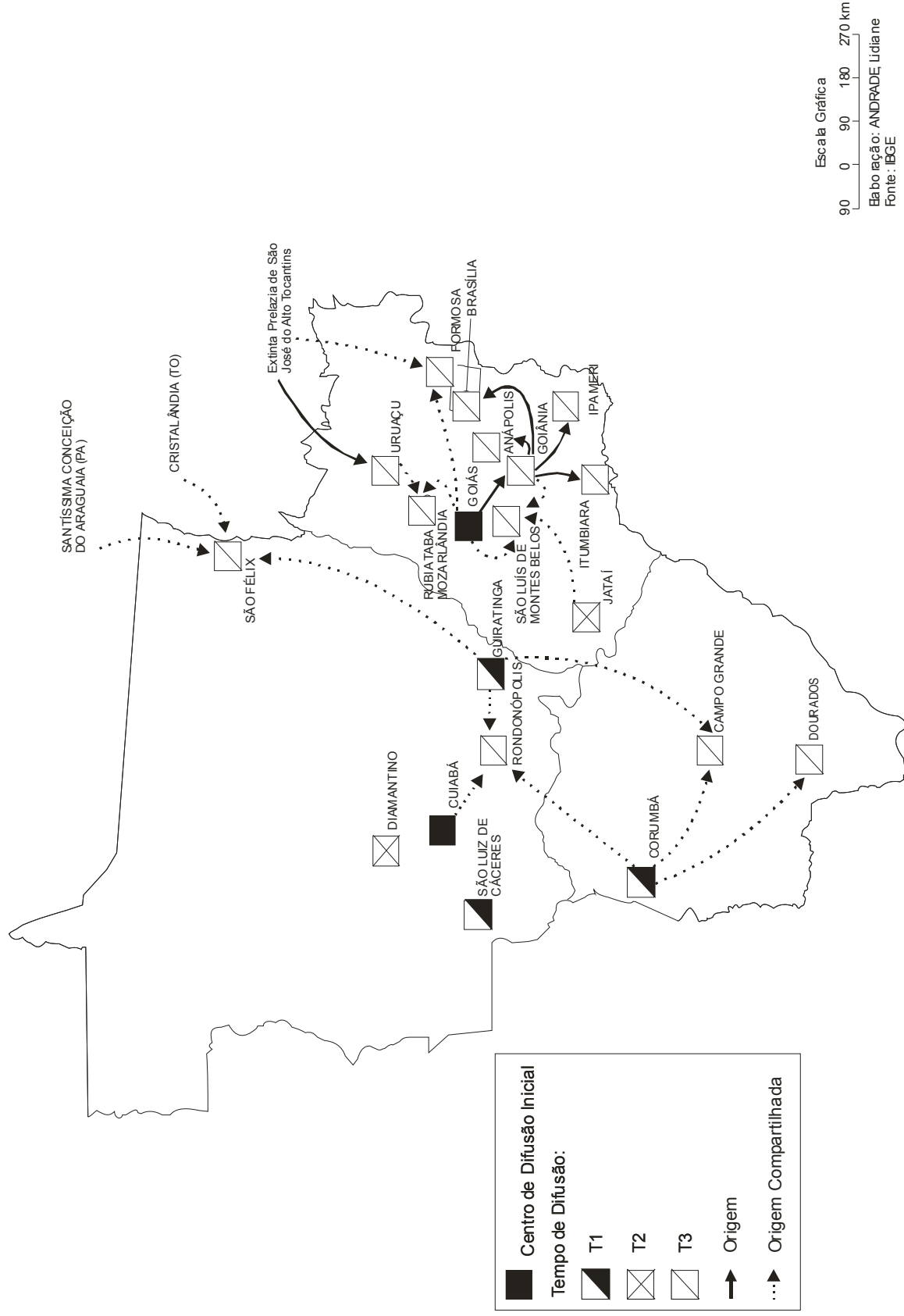
Este longo período de análise nos aponta que os principais territórios religiosos, as dioceses, foram estabelecidos no estado de Goiás e ao Sul do Mato Grosso. Desta forma, como as atuações da Igreja estão sobremaneira ligadas aos processos de ocupação e de urbanização, o grande salto quantitativo de dioceses vivenciado pelo período encontra-se justificado. A área do

“Mato Grosso de Goiás”, o sul Goiano e o sul do Mato Grosso tornam-se áreas de destaque, fato em parte justificado pelo avanço da rede de transportes, ferrovias e rodovias, pelo desenvolvimento de projetos agropecuários, marcada pelas frentes de ocupação oficiais e particulares, a exemplo o estabelecimento de colônias agrícolas e pelo surgimento de novas capitais político-administrativas de importância regional e nacional.

Assim, a organização dos territórios religiosos resulta, em especial, da integração destas novas áreas a economia nacional. Os desmembramentos perpassados pelos territórios religiosos são sobremaneira influenciados por este processo. Assim as fragmentações do período tendem a ocorrer, em especial, em áreas do estado de Goiás, destacando o “Mato Grosso de Goiás” e no sul do Mato Grosso, resultando, portanto do crescimento da área em destaque.

O mapa 9 – Terceiro Tempo de Difusão – T3 – apresenta a criação das dioceses no período supracitado. A análise do mesmo, aliado ao referencial teórico proposto, contribui para o entendimento da seletividade espacial da Igreja Católica ao criar seus territórios religiosos.

MAPA 9: TERCEIRO TEMPO DE DIFUSÃO - T3



4.2 Quarto Tempo de Difusão: A Expansão da Fronteira de Valorização Agrícola

O Centro-Oeste foi a região brasileira de maior dinamismo no que diz respeito aos ganhos relativos em termos de renda per capita no cenário nacional. Desde o início da década de sessenta, marcado pela transferência da capital federal para Brasília, o indicador é francamente favorável acelerando o seu ritmo de crescimento a partir de 1975, quando começou o avanço da agricultura tecnificada sobre os cerrados (Egler, 2005, p. 200).

O período em destaque – o quarto tempo de difusão – remarca a expansão da fronteira agrícola sobre a região Centro-Oeste. Se o terceiro tempo de difusão destacou a construção da infra-estrutura em busca do pleno desenvolvimento da região, o presente período sublinha a intensificação do processo e a associação de novas áreas. No desenvolvimento da pesquisa foi possível aproximar os planos de integração da região à atuação da Igreja Católica, remarcando, portanto, a intencionalidade, a seletividade e a racionalização de suas práticas. Ao analisar os mapas de difusão elaborados para a pesquisa, as questões levantadas sobre a difusão registram os processos de povoamento, urbanização e constituição de novas áreas e novos territórios.

Assim, a região Centro-Oeste, neste período proposto, deve ser entendida como área vinculada à expansão da fronteira agropecuária do país, sendo constituída principalmente a partir da década de 70 como área receptora de excedentes demográficos. Os fluxos migratórios terão grande importância neste momento, sendo oriundos, principalmente, da região sudeste e sul do país, áreas responsáveis pela expansão espacial do desenvolvimento capitalista.

Para tanto, entender a região como área absorvedora de excedentes demográficos é antes de tudo pensá-la enquanto a atuação direta dos programas governamentais que influenciaram, e muito, em sua integração ao processo espacial de expansão capitalista.

Assim está orientado o presente item de nossa análise. O período compreendido entre o final da década de 70 e o final da década de 90 foi responsável pela criação de oito novos territórios religiosos formadores da região estudada. Cabe, a partir deste momento, descortinar suas formações.

Em princípio, ressalta-se que a atuação da Igreja Católica no período considerado tende a ocorrer a partir da formação de três novos territórios religiosos, Três Lagoas e Coxim, no ano de 1978 e Jardim no ano de 1981, todos no estado do Mato Grosso do Sul. As duas dioceses seguintes foram criadas no ano de 1982, Sinop e Barra do Garças, no estado do Mato Grosso. Luziânia, cidade próxima a Brasília, foi beneficiada com a elevação à categoria de diocese no ano de 1989. E, finalmente Juína e Paranatinga, cidades do Mato Grosso, passaram pelo processo de ascensão hierárquica no ano de 1997. É perceptível que os processos de fragmentação e de formação das dioceses supracitadas podem ser entendidos como meio de melhor organizar e administrar os territórios religiosos, ocorrendo de forma mais pontual, remarcando a seletividade na escolha de seus novos territórios.

Há de se destacar que neste processo de formação a região já possuía um número significativo de dioceses, pois a maior parte dos territórios religiosos haviam sido criados anteriormente, assim, estes novos territórios tendem a completar os antigos, atuando sobre áreas que necessitavam de uma atenção e atuação especial.

Ao pensar o processo de fragmentação dos territórios religiosos, pode-se aproximar das considerações de Ajara (1988), quando o mesmo considera a variação da população posterior à década de 1970, caracterizando-a como consequência do crescimento demográfico resultante do processo de urbanização, em especial na concentração populacional nos principais centros urbanos da região e, também, no surgimento de novos núcleos urbanos em áreas até então

subocupadas. A Instituição Católica, ao escolher as suas novas sedes de dioceses, opta por instalá-la em áreas estratégicas, ou seja, onde haja uma carência maior em sua atuação.

Este processo de urbanização que ocorre de forma abrangente no período, em especial, a partir da década de 70 resulta de alguns pressupostos: a) construção da capital Federal – Brasília – que contribuiu imensamente para a intensificação do fluxo migratório; b) incorporação de novas terras agrícolas, via expansão do capital, destacando que este processo resulta de grandes investimentos estatais; c) implantação e melhoria da malha rodoviária, as *rodovias-tronco*, principalmente na década de 70, objetivando facilitar a circulação de pessoas e mercadorias, contribuindo para a integração entre a região produtora (Centro-Oeste) e consumidora (Sudeste) e, estrategicamente, como importante via de ocupação da região amazônica, e; d) fortalecimento da influência da região sudeste que contribuiu para que se formasse enquanto “periferia imediata do núcleo dinâmico nacional¹⁶”.

Desta forma, a intensificação de sua ocupação e sua formação tange a estes processos. O Estado, poder central, torna-se o principal agente nesta atuação, contribuindo com uma política de integração implementada a partir dos *planos* que contribuem para a articulação da Região ao espaço capitalista hegemônico no Brasil.

Os planos de desenvolvimento e integração propostos pelo Estado auxiliam na expansão da frente capitalista, uma vez que contribuem para a implantação de grandes projetos agropecuários coordenados por empresários provenientes da região Sul e da região Sudeste reduzindo, portanto, o número de terras devolutas presentes na região e enfraquecendo o papel das frentes camponesas estabelecidas. A expansão desta nova fronteira do capital sobre o cerrado

¹⁶ “O Centro-Oeste, como região, integra-se aos espaços do território nacional, conceituados como espaços de fronteira do capital. Estes espaços articulam-se com o espaço hegemônico do capitalismo nacional, que tem como centro o estado de São Paulo. Integra-se com os demais centros regionais, formando uma totalidade espaço-social, cada um deles representando um papel naquela totalidade. Este papel é a especificidade regional. Em outros termos, como é a participação de cada região, na divisão territorial do trabalho no país” (Duarte, 1988, p. 15).

brasileiro só é possível a partir da implantação de infra-estrutura concedida, em especial, pela atuação do Estado.

Neste sentido, torna-se importante destacar alguns dos planos de desenvolvimento propostos à região. Ajara (1988) relaciona alguns dos planos que foram fundamentais para sua articulação ao mercado nacional. Para o mesmo autor,

as transformações ocorridas no Centro-Oeste, após 1970, resultaram de planos de desenvolvimento traçados pelo poder central que induziu o processo através de política claramente formulada e por um aparato institucional especificamente organizado para a formulação e gestão dessa política (AJARA, 1988, p.18).

A primeira intervenção a ser ressaltada refere-se à década de 1960 como resultado da criação da Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste). O fortalecimento deste organismo de atuação estatal, o desenvolvimento de órgãos de pesquisas que auxiliariam na ocupação da área, a regularização da ocupação das terras e os financiamentos da produção agropecuária contribuíram para a intensificação da ocupação e para o desenvolvimento da região.

Também deve ser destacado, a exemplo:

O Pladesco – Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o Centro-Oeste – orientado à incorporação de três áreas: a Amazônia, compreendida pelo norte do Mato Grosso, Rondônia e o norte de Goiás; o sul do Mato Grosso, integrado ao programa de corredores de exportação de grãos, e; a área do entorno de Brasília, objetivando reter a população nestas áreas evitando, portanto, o fluxo migratório para a região.

Outros planos têm relativa importância: o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – Polocentro – cujo objetivo era a incorporação de novas áreas do cerrado ao processo produtivo a partir da modernização agrícola, em especial no Mato Grosso do Sul e Goiás. Cabe destacar os programas estabelecidos, em especial, para o Mato Grosso do Sul que objetivava a modernização agrícola e a organização da pecuária sob a égide do capital, estes planos foram, respectivamente,

o Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados – Prodegran – e o Programa de Desenvolvimento do Pantanal – Prodepan –.

Em relação aos planos de constituição de infra-estrutura, a exemplo o de transportes e de projetos agropecuários objetivando a colonização das matas e do cerrado, apresenta-se o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – Polamazônia – que beneficiou as áreas do norte do Mato Grosso, Rondônia e extremo norte de Goiás e o Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília – que beneficiava a área do entorno da capital. Cabe ressaltar que ambos faziam parte do Pladesco – Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para o Centro-Oeste. Outros programas importantes compreendem ao Polonoroeste – Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil – responsável pela integração de Rondônia ao Centro-Oeste através da BR-364 e o Prodiat – Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia Araguaia-Tocantins que contemplou extensas áreas de Goiás e do Leste do Mato Grosso. Após a fragmentação do estado do Mato Grosso e a criação do estado do Mato Grosso do Sul foram criados dois novos programas de atuação em âmbito estadual: o Promat – Programa de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso e o Prosul – Programa de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso do Sul.

A apresentação destes programas de integração tem como objetivo elucidar a expansão não-somente da agropecuária, mas também das áreas urbanas sobre a região. Há um crescimento generalizado nestas áreas e isto reflete na atuação da Instituição Católica. Torna-se pertinente uma observação de Ajara (1988) ao considerar esta fase de ocupação da região, assim, o mesmo aponta que,

Quanto à segunda fase, iniciada com o advento da mudança da Capital Federal para o Planalto Central, seguida da implantação de um novo sistema viário a partir de Brasília, caracteriza-se pela intensificação do processo de ocupação regional, via consolidação dos núcleos já existentes na porção meridional, da região, paralelamente à indução governamental no sentido de promover o povoamento e a valorização da área amazônica, mediante política de incentivos fiscais. Destaque-se ainda, no tocante aos fatores de

fixação dos efetivos populacionais, na região a implantação de numerosas colônias estaduais em terras públicas, bem como a atuação paralela de empresas colonizadoras privadas.

A partir do entendimento destes programas de integração é possível entender o destaque de alguns núcleos urbanos em detrimento de outros, o que de certa maneira contribui para a formação de determinados territórios religiosos.

Ressalta-se que a ocupação da área deve-se não somente à abertura de rodovias e à concessão de incentivos fiscais, mas também a partir do entendimento do seu potencial natural, como a sua topografia que favorecia o desenvolvimento agropecuário. Partindo deste pressuposto que Bernardes (2004) a caracteriza como uma significativa fronteira de ordem econômica e política. Assim, cabe sublinhar o papel de algumas cidades, neste caso, as marcadas por serem sedes de dioceses, remarcando alguns dos processos específicos que nelas ocorrem.

As três primeiras dioceses do período, Três Lagoas, Coxim e Jardim, são formadas em áreas de franca expansão no Mato Grosso do Sul. As cidades destacadas constituem-se como áreas importantes à expansão dos projetos agropecuários. Fundamental a este processo foi a pavimentação da BR-163 (Cuiabá-Santarém), o desenvolvimento de outras rodovias como a BR-060 (que liga a cidade de Jardim a Campo Grande) e a MS-262 (Três Lagoas-Corumbá) e a expansão da produção de soja no decorrer da década de 70, fatores responsáveis pela intensificação da integração destas áreas à cidade de Campo Grande.

Deve-se destacar que a malha rodoviária constitui-se um importante meio de integração econômica da região. As políticas de atuações governamentais contribuem para a reestruturação de novos espaços, como destaca Duarte (1988, p.249), “o poder público foi o principal incentivador e avalista da expansão espacial do processo capitalista no Centro-Oeste. Os espaços onde ocorreram estas transformações foram reestruturados”.

Em relação a este processo apontamos Bernardes (2007, p.3) que pontua o papel estratégico que a área passa a possuir, ao ressaltar que “a construção de novas rodovias, a exemplo da BR-163, favoreceu não apenas o fluxo de migrantes para a região, como também de grandes empresas contempladas com projetos agropecuários, sendo realizados investimentos em infra-estrutura e pesquisa para facilitar a ação do capital”. O mapa 10 – A Malha Rodoviária como Meio de Articulação Espacial – sublinha o papel da rodovia enquanto meio de integração espacial.

Mapa 10: A Malha Rodoviária como Meio de Articulação Espacial



Fonte: IBGE, 1988

Torna-se premente entender que a construção de infra-estrutura modifica e, de certa maneira, reafirma o papel desempenhado pela região. As áreas de maior destaque são as próximas às grandes rodovias e que, portanto, estão mais facilmente integradas ao processo produtivo.

Assim, foram formados os primeiros territórios religiosos no tempo de difusão proposto. Os territórios seguintes correspondem a formação das dioceses de Sinop e Barra do Garças, no ano de 1982.

A cidade de Sinop teve sua formação no ano de 1971, às margens da BR-163. O núcleo urbano representa o processo de colonização implementado por uma empresa particular, a Sinop Terras S/A, empresa com sede no estado do Paraná. Esta empresa comprou terras no norte do Mato Grosso para depois comercializá-la, a fim de desenvolver projetos agropecuários, como afirma Cardoso (1988, p.217), “tratava-se de um empreendimento comercial capitalista, organizado por um grupo que explora a terra como mercadoria e trata da vinda dos colonos como uma transação de mercado”. O crescimento foi intenso e o parcelamento das terras desdobrou-se em áreas rurais e urbanas, para Cardoso (p.217), “em Sinop, as atividades urbanas parecem ter tomado a frente das atividades agrícolas. Ela, a cidade, não se constitui em um simples apoio das atividades agrícolas, voltadas para o exterior, pois que a dinamização trouxe suas próprias necessidades; o comércio é predominante”. Assim, no ano de 1982, foi formada a diocese de Sinop, resultando da fragmentação da diocese de Diamantino.

As próximas dioceses a serem criadas – Barra do Garças (1982), Juína (1997) e Paranatinga (1997) – seguem esta mesma lógica territorial: a expansão da fronteira intimamente vinculada à propagação do capital no estabelecimento de projetos agropecuários, seja a partir da iniciativa do Estado na implementação de infra-estrutura e concessão de incentivos fiscais e/ou pelas iniciativas privadas na ocupação territorial.

O processo de ocupação destas áreas, como salientado, ocorre principalmente a partir da década de 70 e, diferente do projeto de colonização proposto inicialmente a partir do desenvolvimento de projetos agropecuários, é perpassado por intenso processo de urbanização. Estes núcleos urbanos, cuja densidade de população, segundo nos aponta IBGE (1988), vêm se intensificando, contribuem para a formação de novos territórios religiosos, a fim de melhor administrar os mesmos.

Cabe um adendo a formação da diocese de Luziânia, cidade próxima ao Distrito Federal, que teve seu espaço reestruturado a partir da construção da Capital. As áreas do entorno, a exemplo Planaltina, Formosa, Cristalina e Padre Bernardo, sofreram intenso crescimento como resultado da intensificação das migrações inter-regionais. Assim, a partir da fragmentação das dioceses de Anápolis, Ipameri e Uruaçu, forma-se a diocese de Luziânia no ano de 1989.

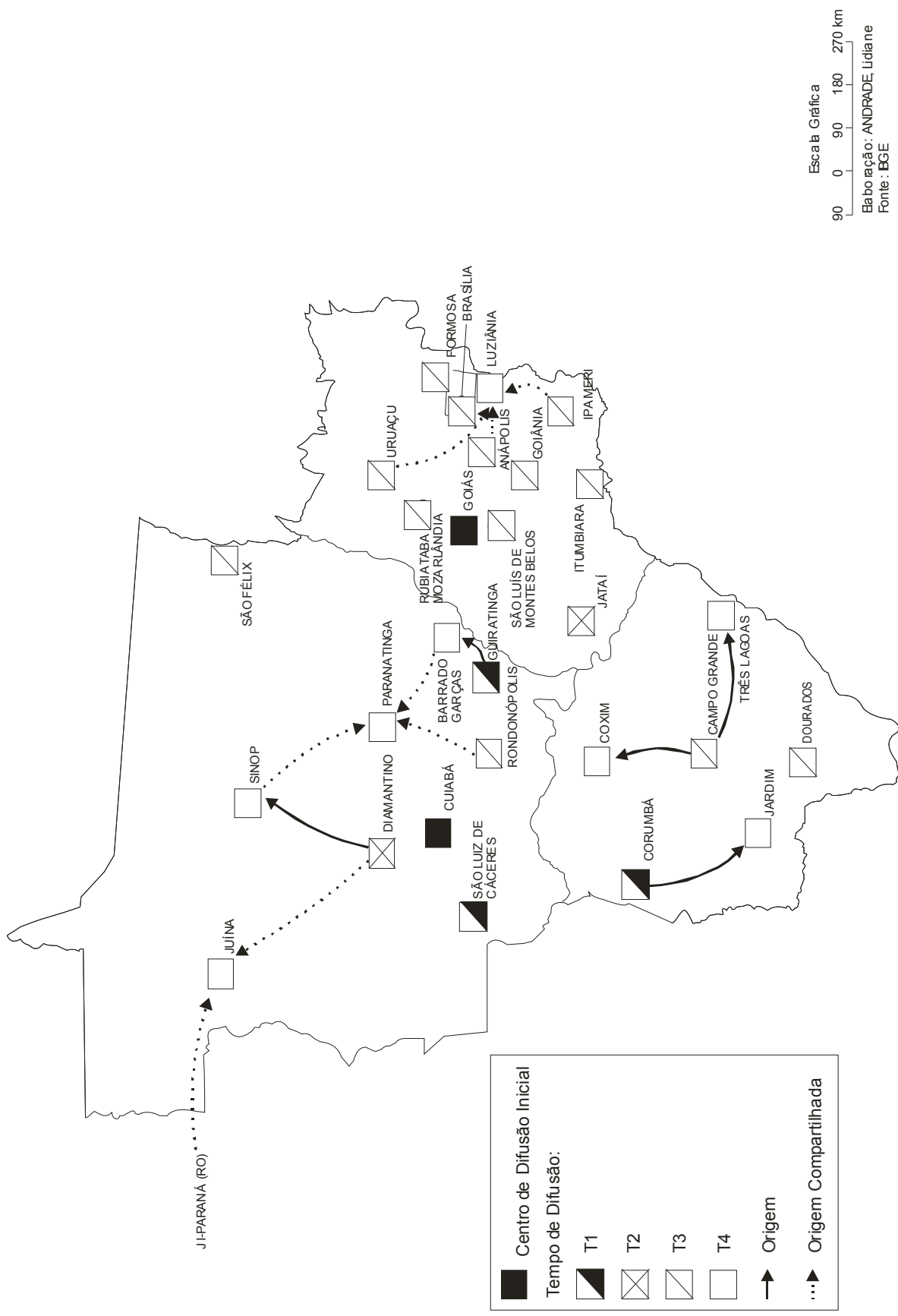
Diante das análises tecidas, destaca-se a colocação de Duarte (1988, p.19) que sublinha a modificação no entendimento da região Centro-Oeste brasileira.

O Centro-Oeste deixou de ser na década de 80, a região natural definida pelo IBGE em 1941. Não é mais, também, a região definida no fim da década de 60, como um espaço de transição entre o Sudeste e a Amazônia. Na década de 80 integrou-se ao sistema econômico nacional, com a especialização regional e reivindicando uma redefinição de suas funções, na divisão inter-regional do trabalho no país.

Como resultado do dinamismo desta região há de se destacar que o processo de difusão das dioceses está intensamente vinculado aos processos de ocupação e povoamento. Este último tempo de difusão pode futuramente ser desdobrado em um outro tempo de difusão uma vez que a formação de novas dioceses está diretamente vinculada à estratégia de melhor controle do território.

A análise do mapa 11 – Quarto Tempo de Difusão – T4 – permite descortinar os processos descritos no presente tempo de difusão.

MAPA 11: QUARTO TEMPO DE DIFUSÃO - T4



Considerações Finais

A geografia da religião dedica atenção especial às manifestações e marcas da religião sobre o espaço. A presente pesquisa teve como premissa analisar a atuação da Igreja Católica a partir de seu viés político, observando-a enquanto instituição dotada de estratégias e práticas a fim de melhor controlar seus domínios. A preocupação em analisá-la a partir deste entendimento retrocede a Robert Sack que em *Human Territoriality: its Theory and History* dedica um capítulo à sua análise. O autor discute a formação de uma territorialidade pré-moderna, diante de seu longo período de análise, a partir do entendimento de uma organização complexa – a Igreja Católica.

Em sua abordagem Sack a apresenta como responsável por um dos mais marcantes e complexos exemplos da atuação territorial de uma instituição, afirmando que a Igreja contribui para a elaboração de um sistema territorial hierárquico próprio que tende a influenciar mutuamente os objetivos da instituição e as práticas adotadas por ela. Em relação à sua gênese, enfatiza que teve sua origem permeada pela atuação de um líder carismático e um diminuto grupo de fiéis, tornando-se, mais tarde, uma das maiores e mais articuladas instituições, constituída aos moldes de uma grande organização burocrática e hierárquica.

Tais considerações destacam a preponderância do estudo anteriormente visitado, buscando enfatizar que a Instituição Católica Apostólica Romana descortina uma organização específica de território e de territorialidade, ou seja, a existência de um território religioso e, por conseguinte, o estabelecimento de uma territorialidade religiosa.

Em relação ao objeto de estudo, sublinha-se que o recorte espacial da pesquisa privilegiou a análise em escala regional, a região Centro-Oeste, destacando a formação dos territórios

religiosos no período de análise. O desenvolvimento do estudo clarifica a existência de temporalidades distintas – *tempos de difusão* – que contribuem para a formação dos territórios na área de estudo. Desta forma, pode-se apontar que os processos de difusão destes territórios – *territórios religiosos* – contribuem para o entendimento da constituição da rede religiosa diocesana.

Deste modo, foram fundamentais as contribuições de Hagërstrand (1967), Brown (1968) e Gould (1969) no que tange ao entendimento dos processos de difusão, de Corrêa (2001) e Dias (2003), diante de considerações acerca do conceito de redes geográficas. Sendo assim, tais estudos, unidos ao trabalho desenvolvido por Rosendahl (2002, 2003 e 2005), em relação aos estudos de geografia e religião foram fundamentais ao entendimento e a interpretação da constituição da rede de dioceses do Centro-Oeste brasileiro.

A contribuição de Corrêa (2001) a partir da discussão do conceito de redes geográficas realça o entendimento da rede geográfica de dioceses enquanto um conjunto articulado de fixos, as dioceses, e de fluxos de profissionais religiosos especializados e de devotos existentes entre as suas localizações espaciais na região Centro-Oeste.

Dentre os questionamentos que nortearam o desenvolvimento do presente trabalho e que buscaram respostas, podem-se citar:

Quais as lógicas territoriais adotadas pela Igreja Católica na constituição de suas dioceses no recorte espacial proposto, a região Centro-Oeste?

Quais os fatores que contribuíram e, de certa maneira, influenciaram a atuação da Igreja Católica, na criação de seus territórios, na região Centro-Oeste?

De que maneira a Igreja Católica, em seu processo de difusão, atuou de maneira seletiva na formação da rede de dioceses e, portanto, na escolha das cidades que seriam sede da gestão territorial?

A contribuição do estudo, sem dúvida, está no entendimento da dinâmica da atuação da Igreja Católica e sua distribuição espacial no país. A análise temporal proposta – 1745 até 1997 – foi extensa à medida que era necessário analisar os processos de ocupação, povoamento e urbanização que permearam cada temporalidade formada. A organização do trabalho não se ateve a detalhes específicos acerca da formação de cada território religioso criado, tal fato justifica-se, pois o objetivo foi apresentar um processo geral de formação, indicando as tendências da Instituição Católica na constituição de seus *territórios religiosos* que, na maioria das vezes, resulta do processo de formação das cidades e, portanto, da configuração da região.

Diante de tais considerações, pode-se afirmar que a Igreja Católica deve ser entendida como uma instituição religiosa, política e cultural, que a partir de suas atuações sobre o espaço geográfico tende simultaneamente à legitimação de seus *territórios religiosos* e ao fortalecimento de suas *territorialidades religiosas*.

Em sua atuação no Brasil, ressalta-se que a Igreja Católica, no início de seu processo evangelizador, acompanhou as práticas desempenhadas pelo governo colonial. Desta forma, “o episcopado brasileiro durante o período colonial teve fortes limitações”, contribuindo para a escassez de dioceses e de bispos em áreas extremamente amplas, para o lento e esporádico processo de criação de dioceses e para as longas vacâncias entre um bispo e outro na gestão da diocese (ROSENDAHL e CORRÊA, 2003). A atuação católica, neste momento, permeava áreas estratégicas ao processo de ocupação territorial, delegando às demais “amplos territórios vazios ou superficialmente administrados por profissionais da religião” (ROSENDAHL e CORRÊA, 2003, p.1).

A Instituição Católica negligenciou, portanto, áreas que não eram importantes para a Coroa. A região Centro-Oeste passa a ser foco de interesse durante o século XVIII, a partir do momento em que a economia aurífera começa a se desenvolver. Iniciou-se desta forma o

processo de difusão proposto pela pesquisa, resultado da criação de dois territórios religiosos, Cuiabá e Goiás. Posteriormente, foram criados outros territórios religiosos que foram organizados como resultado do estabelecimento dos quatro tempos de difusão.

O primeiro e o segundo tempos de difusão, abordados no terceiro capítulo, tiveram como interesse principal o entendimento da centralidade estabelecida pela navegação fluvial no rio Paraguai e a importância da pecuária como atividade periférica a economia aurífera em crise e, ainda, em período posterior, o segundo tempo de difusão, relacionar os surtos da mineração e o desenvolvimento da atividade pecuária que promoveram o desenvolvimento da área estudada.

O quarto capítulo interpretou as ações políticas governamentais estabelecidas pelo Estado a fim de promover a integração territorial do Centro-Oeste à região dinâmica do Brasil. Este período foi dividido em dois momentos: o primeiro relacionado à constituição da base para este processo de expansão capitalista e, posteriormente, à expansão da fronteira agrícola e ao processo de urbanização sobre a área.

A construção dos tempos de difusão foi importantíssima para o entendimento da atuação da Igreja Católica. Remarca-se na criação das dioceses, no processo de ocupação e na formação da região são perceptíveis os seus períodos de difusão que são marcados por certa regularidade. Os territórios que foram criados durante os *tempos* estabelecidos são influenciados pela centralidade do período, destacando a seletividade e a intencionalidade da Igreja Católica na formação de seus territórios religiosos.

Ao analisar as atuações da Igreja Católica sobre a região Centro-Oeste observa-se que a lógica de atuação da Instituição segue o processo de ocupação da área, assim, os tempos de difusão criados resumem, de certa maneira, a construção da região. A formação destes territórios religiosos está, portanto, em consonância com a integração da região as demais áreas do Brasil.

Desta forma, pontua-se que diante das diversas estratégias adotadas pela Instituição Católica é possível apontar que a configuração futura destes *territórios religiosos* possa ser alterada a partir dos processos de fragmentação, de desmembramentos, que venham a ocorrer. Estes territórios representam a atuação estratégica da Igreja católica a fim de melhor administrar seus territórios.

Enfim, o presente estudo aspirou descortinar o processo histórico-espacial da dinâmica da Instituição Católica no Brasil. Diante de seu longo período de atuação é possível afirmar que a Igreja, na construção de seus territórios religiosos, influenciou e foi influenciada pelos processos de construção e formação do País.

Referências

AJARA, César. População. In: IBGE: Geografia do Brasil. V.1. 1.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. p.123-148.

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. Goiás: Novas Regiões, ou Novas Formas de Olhar Velhas Regiões. In: Almeida, Maria Geralda de (org). Abordagens Geográficas de Goiás: O Natural e o Social na Contemporaneidade. Goiânia: IESA, 2002. p. 147-196.

ASSIS, Wilson Rocha. Estudos de História de Goiás. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. 156p.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. Região da Estrada de Boi: Usos e Abusos da Natureza. Goiânia: Editora UFG, 1997. 151p.

BERNARDES, Júlia Adão. A Territorialização do Capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso. In: Revista Terra livre, Vol 19, São Paulo: AGB. 2004. p. 27-49.

_____. As estratégias do Capital no Complexo da Soja. In: Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território, 2005. p. 325-366.

_____. Modernização Agrícola e Trabalho no Cerrado Brasileiro. In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica, 2007. p.1-15.

BONNEMAISON, Joël. *Viagem em Torno do Território*. In: Côrrea, R.L., Rosendahl, Z. *Geografia Cultural: um Século (3)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, 190 pp., pp. 83-132.

BROWN, Lawrence. Diffusion Dynamics: A Review and Revision of the Quantitative Theory of The Spatial Diffusion of Innovation. Iowa: Lund, 1968.

CARDOSO, Maria Francisca Thereza Cavalcanti. Organização Urbana. In: IBGE: Geografia do Brasil. V.1. 1.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

CERIS. *Anuário Católico do Brasil 2005*. Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. 2005.

CHAUL, Nasr N. Fayad. A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital. Goiânia, Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.

CORRÊA, R.L. *Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, 115-122. jul./set.1992.

_____. Espaço, um Conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001 a. p. 15-47.

_____. Repensando a Teoria das Localidades Centrais. In: *Trajetórias Geográficas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b. 304p. p.15-40.

_____. Origem e tendências da Rede Urbana Brasileira: Algumas Notas. In: *Trajetórias Geográficas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b. p.93-107.

_____. Dimensões de Análise das Redes Geográficas. In: *Trajetórias Geográficas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b. p.107-120.

COSTA, Rogério H. da (Rogério Haesbaert da). O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

DIAS, Leila Christina. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 141-164.

DUARTE, Aluizio Capdeville. O Centro-Oeste na Organização Regional do Brasil. In: IBGE. Geografia do Brasil. V.1. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. p.15-20.

DURKHEIM, E. Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse: Le Système Toténique en Australie. 5ªed. Paris, PUF, 1968.

EGLER, Claudio Gonçalves. Crise e Dinâmica das Estruturas Produtivas Regionais no Brasil. In: Castro, Iná Elias, Gomes, Paulo César da Costa e Corrêa, Roberto Lobato (org.). Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 185-222.

ELIADE, M. O Espaço Sagrado e a Sacralização do Mundo. In: Eliade, M. *O Sagrado e o Profano. A Essência das Religiões*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 25-58.

ÉLINEAU, Dorothée. Organisations Territoriales des Églises. In : Jean-René Bertrand et Colette Muller. Religions et Territoires. França : L'Harmattan, 1999. p.105-111.

FAISSOL, S. O Mato Grosso de Goiás. Rio de Janeiro: IBGE, 1952. 140p.

FRIGERIO, Alejandro. Desregulación del Mercado Religioso y Expansión de Nuevas Religiones: Una Interpretación desde la Oferta. In: Religião e Sociedade no Fim do Milênio. XXII Encontro Anual da ANPOCS, nº 27, 1998.

GARDIN, Cleonice. Campo Grande: Entre o Sagrado e o Profano. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999. 184p.

GOULD, Peter R. Spatial Diffusion. Washington: Association of American Geographers., 1969. 71p

GUIMARÃES, Maria Rita da Silva. Sistema Urbano. In: IBGE. Geografia do Brasil. V.4. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

HÄGERSTRAND, Torsten. Innovation Diffusion as a Spatial Process. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.

IBGE. Disponível em :

http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=RBG&titulo=Revista%20Brasileira%20de%20Geografia%20-%20RBG. Acesso em: 15 de maio de 2008.

INNOCÊNCIO, Ney Rodrigues. As Vias de Transporte. In: Geografia do Brasil: Grande Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. p. 379 -424.

KNOB, Frei Pedro. A Missão Franciscana do Mato Grosso. São Paulo: Edições Loyola, 1988. 440p.

LAGENEST, J. P. Barruel de. Elementos de Sociologia da Religião. Petrópolis: Editora Vozes, 1976. 70p.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. Enlaces Geográficos de um Mundo festivo – Pirenópolis: A Tradição Cavalheiresca e sua Rede Organizacional. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2002.

MARIN, J. R.. Aspectos históricos da prática votiva. Arandu, Dourados, v. 12, p. 32-34, 2000.

MARIZ, Cecília Loreto. A Sociologia da Religião de Max Weber. In: TEIXEIRA, Faustino. Sociologia da Religião: Enfoques Teóricos. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARTINS, José de Souza . Frente Pioneira - Contribuição Para uma Caracterização Sociológica. Estudos Históricos, n. 10, p. 33-41, 1971.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o Território Colonial Brasileiro no “Longo” Século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000. 432p.

NETO, Antônio Teixeira. O Território Goiano: Formação e Processo de Povoamento e Urbanização. In: Almeida, Maria Geralda (org). Abordagens Geográficas de Goiás: O Natural e o Social na Contemporaneidade. 1. ed. Goiânia: IESA, 2002. p.11-45.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: Da Contemporânea Serventia de Voltarmos a Acessar aquele Velho Sentido. Revista Brasileira de Ciências Sociais. p. 1-58. 1998.

PINTO, Maria Magdalena Vieira. Núcleos Urbanos. In: Geografia do Brasil: Grande Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. p. 301-333.

POVOA NETO, Helion. No Caminho das Pedras: itinerários na formação da mobilidade garimpeira no Brasil, 1998.

OLIVEIRA, E. G. de et al (org.). *A Difusão Vista Através de um Prisma – A Geografia*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia, 40 (1): 83-110, jan/mar, 1978.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Territórios da Prostituição de Rua na Área Central do Rio de Janeiro. In: Ribeiro, Miguel Angelo. *Território e Prostituição na Metrópole Carioca*. 1 ed. São João de Meriti, Rio de Janeiro: Ed. Ecomuseu Fluminense, 2002. p. 88-112.

ROSENDAHL, Z. O Sagrado e o Espaço. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 119-154

_____. *Espaço e Religião: uma Abordagem Geográfica*. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. 90p.

_____. Espaço, Cultura e Religião: Dimensões de Análise. In: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 187-226.

_____. Território e Territorialidade: Uma Perspectiva Geográfica para o Estudo da Religião. In: ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R.L. *Geografia: Temas sobre Cultura e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005. p. 191-226.

ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R.L. *A Territorialidade da Igreja Católica no Brasil. 1800 e 1930*. Rio de Janeiro: NEPEC, Departamento de Geografia. TEXTOS NEPEC, nº 1, 2003. p. 25.

SACK, R. D. *Human Territoriality. Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. 176p.

SGANZERLA, Alfredo. *A História do frei Mariano de Bagnaia: O Missionário do Pantanal*. Campo Grande: FUCMT, 1992. 343p.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. *Os Avatares da Teoria da Difusão Espacial: Uma Revisão Teórica*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia. 57(1); 25-51, jan/mar, 1995.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Grupo André Maggi: Corporação e Rede em Áreas de Fronteira. Cuiabá: Entrelinhas, 2003. 222p.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

TSCHANNEN, Oliver. The Secularization Paradigm: a Systematization. *Journal for The Scientific Study of Religion*. 1991, 30(4): 395-415.

_____. Oliver. Sociological Controversies in Perspective. *Review of Religious Research*, 1994, 36(1): 70-86.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE. 1958

WEBER. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo.: Editora Thompson Pioneira. 1983.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)